

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**A INFLUÊNCIA DAS VISITAS ÍNTIMAS NA VIVÊNCIA DA RECLUSÃO  
FEMININA**

**Rita Isabel de Sousa Pinto**

Junho, 2015

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do  
Porto, orientada pela Professora Doutora *Alexandra Oliveira*  
(FPCEUP)

## **Avisos legais**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial

## Agradecimentos

À Professora Doutora Alexandra Oliveira, por me ter proporcionado uma excelente orientação, por toda a sua disponibilidade na realização de um trabalho conjunto e pela dedicação e empenho sempre demonstrados ao longo desta investigação. A si, muito obrigada!

À direção do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo por me ter autorizado realizar a recolha de dados na sua instituição.

Aos meus amigos, pela nossa amizade e por me terem acompanhado ao longo de mais um ciclo.

À minha família por todo o interesse, confiança e motivação que sempre senti da vossa parte. Por serem os melhores!

Aos meus pais, por tudo, porque nem o maior dos agradecimentos será representativo de quão grata vos estou por tudo o que fizeram por mim. Só espero um dia poder retribuir-vos da mesma forma.

Às reclusas do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino, pois sem elas, sem as suas histórias de vida, sem as suas partilhas, nada seria possível.

## Resumo

A constatação de um índice de reclusão feminina em Portugal cada vez mais expressivo (Matos & Machado, 2007) e a escassa investigação em torno deste fenómeno, tornam importante a compreensão do modo como as experiências intramuros influenciam a vivência da reclusão feminina. Tendo isto em conta, este estudo tem como objetivos conhecer as atitudes, percepções e significados que as reclusas inscritas e não inscritas no regime de visitas íntimas têm sobre este regime e compreender em que medida percecionam a influência deste na vivência da reclusão feminina.

Consequentemente, adotando uma metodologia qualitativa, realizamos entrevistas semiestruturadas, a quarenta reclusas (vinte reclusas inscritas no regime de visitas íntimas e vinte reclusas não inscritas no regime de visitas íntimas), detidas no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino, que foram sujeitas a análise de conteúdo. Concluimos que todas as reclusas entrevistadas possuem tanto atitudes positivas como negativas em relação à visita íntima. Não obstante, de uma forma geral, independentemente de usufruírem ou não do regime de visitas íntimas, a maioria das mulheres entrevistadas encara as visitas íntimas na prisão como um programa significativo e positivo, com uma influência favorável na vivência da reclusão feminina ao nível da melhoria comportamental e do bem-estar psicológico.

A única diferença encontrada entre os dados de ambos os grupos diz respeito à possibilidade de ocorrência de violência durante as visitas íntimas, sendo que a maioria das reclusas inscritas no regime de visitas íntimas afirmou ter conhecimento de algumas situações de violência durante as visitas íntimas, ao contrário da percepção da maioria das reclusas não inscritas neste mesmo regime.

Esperamos que os resultados deste estudo, ao fornecer uma maior compreensão sobre este tipo de visitas, possa contribuir para aperfeiçoar este tipo de regime, de forma a melhor servir os objetivos do mesmo. Além disto, a nossa investigação ao demonstrar, do ponto de vista da maioria das entrevistadas, uma contribuição das visitas íntimas ao nível do equilíbrio psicoafectivo e comportamental das reclusas, sugere que melhorar este regime pode aumentar a qualidade de vida de toda a comunidade prisional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reclusão feminina, visitas íntimas, atitudes, percepções, significados.

## Abstract

The female imprisonment rate in Portugal is increasing (Matos & Machado, 2007) and there has been little research on the phenomenon, so it's very important to understand how the prison experiences influence the experience of female imprisonment.

The present study aims to know which attitudes, perceptions and meanings that inmates with and without private visitation have about this program and understand if they think that conjugal visits influences the experience of female imprisonment.

Consequently, by adopting a qualitative methodology, we conducted semi-structured interviews to forty prisoners (twenty inmates with conjugal visitation and twenty inmates without conjugal visitation), arrested in Santa Cruz do Bispo female prison. For the analysis of the interviews we used the content analysis

In general, in spite of all the prisoners interviewed having positive and negative attitudes toward conjugal visits, most of the women interviewed see the conjugal visits in prison as a significant and positive program, with a good influence on the experience of female imprisonment by improving their behavior and increasing their psychological well-being.

The only difference observed between both groups of data concerning with the occurrence of violence during intimate visits. Most inmates enrolled in intimate visits regime claimed to have knowledge of the existence of some cases of violence during conjugal visits, unlike the perception of most inmates not enrolled in the same regime.

We hope that the results of this study may contribute to improve this type of program, in order to meet their goals. As it our research has shown, from the point of view of most interviewed, conjugal visits contributes to the psycho-affective and behavioral balance of inmates. So, we suggest that improving this program can enhance the quality of life of the entire prison community.

**KEYWORDS:** Female imprisonment, conjugal visits, attitudes, perceptions, meanings.

## Résumé

La constatation de taux d'incarcération des femmes au Portugal est de plus en plus expressive (Matos & Machado, 2007) et ayant peu de recherche sur ce phénomène, l'investissement dans la compréhension de la façon dont les expériences à l'intérieur des murs influencent l'expérience de la réclusion des femmes devient de plus en plus importante.

Dans cette perspective, la présente étude vise à connaître les attitudes, les perceptions et les significations que les détenues inscrites et non-inscrites à la visite intime ont sur ce régime et de comprendre dans quelle mesure elles s'aperçoivent ou non une influence de l'expérience des visites intimes dans la réclusion des femmes.

Par conséquent, adoptant une méthodologie qualitative, nous avons mené des entretiens semi-structurés à quarante prisonnières (vingt prisonnières inscrites à la visite intimes et vingt prisonnières non inscrites dans les visites intimes), détenues dans la prison de Santa Cruz do Bispo Féminine. L'interprétation des entretiens a été effectuée en utilisant l'analyse de contenu.

En général, quel que soit les prisonnières interrogées ayant des attitudes positives et négatives concernant les visites intimes, la plupart des femmes interrogées voit les visites conjugales en prison comme un programme significatif et positif, avec une influence favorable sur l'expérience de la réclusion des femmes au niveau de l'amélioration du bien-être comportemental et psychologique.

La plupart des détenues inscrites à une visite intime ont déclaré avoir connaissance de certains cas de violence au cours des visites intimes, contrairement à la perception de la plupart des détenues non inscrites dans ce régime.

Nous espérons que les résultats de cette étude peuvent contribuer à améliorer ce type de visites afin de mieux atteindre ses objectifs. Comme la recherche a montré, du point de vue de la plupart des interviewés, les visites intimes contribuent à l'équilibre psychoaffectif et comportemental des détenues. Par conséquent, améliorer ce système peut contribuer à accroître la qualité de vie de la communauté carcérale.

**MOTS-CLÉS:** réclusion féminine, visites intimes, attitudes, perceptions, significations.

## **Índice**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão da Literatura</b>	
2.1.Criminalidade Feminina .....	3
2.2.Adaptação à Reclusão.....	5
2.3.Visitas Íntimas .....	8
<b>3. Estudo Empírico</b>	
3.1.Objeto e Objetivos de Investigação .....	14
3.2.Método.....	15
3.2.1. Instrumento de Recolha de Informação: Entrevistas Semiestruturadas .....	15
3.2.2. Participantes .....	16
3.2.3. Procedimentos .....	17
3.2.4. Tratamento dos Dados: Análise de Conteúdo de Tipo Categorical ....	18
<b>4. Análise dos Resultados</b>	
4.1. Reclusas inscritas no Regime de Visitas Íntimas .....	19
4.1.1. Criminalidade Feminina .....	19
4.1.2. Adaptação à Reclusão.....	22
4.1.3. Visitas Íntimas .....	24
4.2. Reclusas não inscritas no Regime de Visitas Íntimas.....	31
4.2.1. Criminalidade Feminina .....	31
4.2.2. Adaptação à Reclusão.....	33
4.2.3. Visitas Íntimas .....	34
<b>5. Análise Integrativa e Comparativa das Narrativas das Reclusas Inscritas e não Inscritas no Regime de Visitas Íntimas .....</b>	<b>39</b>
<b>6. Considerações Finais e Conclusão .....</b>	<b>43</b>
<b>7. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>46</b>
<b>8. Anexos.....</b>	<b>51</b>

## Índice de abreviaturas

**RVI:** Regime de Visitas Íntimas

**EP:** Estabelecimento Prisional

**EPSCB-F:** Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino

**DGRSP:** Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



## **1. Introdução**

Num contexto caracterizado pela disciplina e pelo controlo sobre os corpos dos/as reclusos/as, a inibição, o condicionamento e a regulação da intimidade parece ser uma questão paradoxal dentro da esfera penal (Granja, Cunha & Machado, 2014). Tradicionalmente, a privação de relações heterossexuais dentro da prisão levou os reclusos a considerarem esta a principal dificuldade sentida durante a vivência da reclusão (ver Sykes, 1958). A partir deste dado, a pesquisa relativa a este tópico centrou-se maioritariamente na construção de relações homossexuais dentro da prisão e pouca atenção tem sido dada à experiência da sexualidade entre casais heterossexuais no contexto de reclusão. A pouca pesquisa existente foca-se nas razões da implementação das visitas íntimas e na análise das reações dos guardas prisionais em relação a este tipo de programa (Granja et al., 2014). Contudo, continua a ser escassa a informação sobre como os reclusos, em particular as mulheres reclusas, constroem, experienciam, percebem e dão significado às suas relações sexuais. Em Portugal, a investigação sobre este tema é praticamente inexistente.

Tendo tudo isto em conta, e admitindo que existem múltiplos fatores que influenciam a vivência da reclusão, neste estudo pretendemos identificar e analisar as atitudes das reclusas em relação às visitas íntimas, quer usufruam destas quer não, e examinar os significados da visita íntima para as suas participantes e não participantes, de forma a explorar em que medida percebem ou não uma influência das visitas íntimas na vivência da reclusão feminina. Pretendemos, por último, comparar as respostas das reclusas de ambos os grupos, procurando vivências partilhadas e únicas e pontos de vista similares ou distintos que nos permitam compreender de forma mais aprofundada a vivência da reclusão feminina.

Para a concretização do nosso estudo, adotamos uma posição fenomenológica e heurística, de compreensão das vivências, atitudes, percepções e significados das reclusas inscritas e não inscritas no regime de visitas íntimas.

Este estudo revela-se pertinente pela exiguidade de dados sobre estas questões tanto em Portugal, como a nível internacional, ainda mais tratando-se duma amostra constituída por mulheres, quando a maioria dos estudos neste âmbito tem amostras compostas por homens. No nosso entender, a pertinência do nosso estudo reside, ainda, na importância de tentar compreender a forma como determinadas experiências na prisão influenciam o modo como as reclusas vivenciam a sua reclusão, na medida em que acreditamos que melhorar o

ambiente correcional é o primeiro passo para uma reabilitação e reinserção social mais positivas.

Tendo tudo isto em conta, o presente estudo é composto por seis capítulos. O primeiro dá conta da literatura existente acerca do estudo da mulher no mundo do crime e do processo adaptativo desta à prisão, como também inclui um levantamento dos principais estudos realizados sobre as visitas íntimas. Num segundo capítulo, procederemos à apresentação do método desta investigação, sendo explicado todo o seu processo empírico. No capítulo quatro iniciaremos a exposição da descrição e análise das entrevistas realizadas às reclusas com e sem regime de visitas íntimas, e no capítulo cinco será realizada uma análise integrativa e comparativa das respostas obtidas das entrevistas realizadas a ambos os grupos. Finalmente, no último capítulo desta investigação, teceremos algumas considerações finais, onde apresentamos as conclusões principais do estudo, refletimos sobre as suas potencialidades e limitações e apresentamos algumas sugestões para futuros estudos.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1. Criminalidade Feminina

*“As primeiras teorias da criminalidade feminina parecem, no seu melhor, ligeiramente cómicas; e, no seu pior, deliberadamente sexistas”* (Pat Carlen, 1985, citado por Matos, 2008)

Os dados mais atualizados disponibilizados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) apontam que, em 2014, existiam 841 mulheres reclusas nos estabelecimentos prisionais portugueses (DGRSP, 2014), um valor que cresceu consideravelmente desde 2008, ano em que existiam 647 reclusas (DGSP, 2008).

Apesar da pequena parcela que representam no universo prisional, o índice de reclusão feminina em Portugal tem-se destacado como um dos maiores da Europa (Matos & Machado, 2007). Embora esta constatação seja, na opinião das autoras, suficiente para justificar o investimento na compreensão das experiências de reclusão feminina, a investigação em torno deste fenómeno não se constitui como uma área de privilégio e os estudos, particularmente em Portugal, são escassos no que respeita à sua compreensão.

Segundo Matos (2008), os trabalhos realizados por Lombroso e Ferrero constituem o ponto de partida para a realização de um conjunto de estudos sobre a mulher e o crime, no qual patenteiam ideias advindas da escola positivista italiana, a qual se insere na definição clássica de criminologia, como o estudo etiológico-explicativo do crime.

Nessa conceção da desviância feminina, a autora destaca quatro tendências fundamentais: a sua biologização, sexualização, patologização e masculinização. Assim, Matos (2008) explica-nos que sobre a alçada destas tendências, o comportamento desviante feminino é encarado como sendo determinado por fatores biológicos, com um forte componente sexual e a mulher desviante tende a ser vista como menos normal e menos feminina, comparativamente com o que é definido socialmente como adequado e natural.

No que concerne a estes primeiros estudos, é necessário frisar dois aspetos. Primeiro, o reconhecimento da importância destes autores no início do estudo da criminalidade no feminino, por abrirem caminho para o estudo da mulher nesta disciplina, possibilitando a realização atual de trabalhos com uma ideologia diferente, como o que pretendemos realizar,

em que concetual e metodologicamente é reconhecido e dado poder à mulher (Matos, 2008). Contudo, a mesma autora salienta que não nos devemos esquecer que, pela ausência de rigor metodológico e pela representação estereotipada da mulher, estes estudos não parecem contribuir para uma melhor compreensão da mulher desviante. Tal como defende Manita (1997), o/a delinquente não é diferente do indivíduo não delinquente por natureza ou qualidade, mas diferindo apenas, quantitativamente, em relação a um certo número de características que facilitam nele/nela a passagem ao ato. Assim, a prática do delito não é provocado por um traço de personalidade que determina o indivíduo como delinquente, mas sim pode ser compreendido através de um conjunto de fatores, os quais se situam ao nível do contexto em que se desenvolve a ação, e dos processos cognitivos, afetivos e experiências que o indivíduo experimenta e produz sentido (Manita, 1997).

Paralelamente à abordagem da desviância feminina centrada na individualidade da mulher e no seu património biológico, desenvolve-se uma linha sociológica no estudo do crime (Matos, 2008). Embora, tal como a autora salienta, nesta abordagem se continuem a procurar as causas do crime, assiste-se a um desvio para os fatores sociológicos e a nível metodológico é evidente a introdução de mudanças, através da inserção de métodos diferentes (e.g., etnografias, permanência nos contextos) dos anteriormente usados na procura de variáveis individuais associadas ao crime.

De acordo com a mesma autora, a partir da década de 60 do século XX ocorre uma mudança paradigmática na criminologia, correspondente à emergência da criminologia crítica, a qual vem dirigir o foco desta para a reação social ao crime e ao/a delinquente. É esta mudança, e as posteriores reações a ela, que vêm propiciar a abordagem das questões de género e da criminalidade feminina, principais incitadoras dos estudos sobre criminalidade e construção do género (Matos, 2008). O género, tal como salienta Leal (2007), tem-se mostrado crucial na explicação da criminalidade, não só a partir da evidência biológica que estabelece a dicotomia feminino-masculino, como também, a partir de outros fatores elucidativos de natureza psíquica, social, cultural e ambiental. Com isto, este autor defende que é a partir da conjugação de vários elementos de origem distinta e complementar, preditores e potenciadores da propensão para o ato, que é possível identificar o modo como o ser delinquente se constrói ao longo da trajetória de vida dos indivíduos.

Atualmente, apesar de frequentemente associada à ação masculina, a mulher surge enquanto figura autónoma e responsável pelas suas escolhas no universo social e, em concreto, no universo criminal (Finhani & Souza, 2005).

Referenciado como precursor do aumento das taxas de reclusão feminina, o envolvimento na comercialização das drogas marca os percursos de vida da maioria das mulheres delinquentes no cenário nacional (Leal, 2007) e internacional (Ramirez & González, 2007). De acordo com Moreira (2011), o défice ao nível das esferas socioeconómicas e familiar é considerado um condicionante da transgressão das mulheres, as quais veem nas atividades ilícitas o meio para obter recursos financeiros. Na literatura internacional, Ramirez & González (2007) postulam como fator comum à maioria das reclusas a sua proveniência de estratos socioeconómicos empobrecidos, sendo que, de acordo com Leal (2007), a baixa literacia e qualificação profissional caracterizam as reclusas em Portugal pelo carácter de reforço do fenómeno de exclusão social.

## **2.2. Adaptação à reclusão**

*“A mais confortável das prisões ainda é um lugar solitário”*

(Kenneth Kolb, 1958, citado por Bales & Mears, 2008)

Do conjunto de literatura existente relativa à adaptação à reclusão, são escassos os estudos que abordem esta temática tendo como amostra reclusas (Islam-Zwart & Vik, 2004). Não obstante, com o aumento do número de mulheres ofensoras, identificar como se processa a sua adaptação à vida na prisão torna-se cada vez mais importante, com vista a melhorar o ambiente correcional, tendo a reabilitação como objetivo último (Loper, 2002).

Segundo Gonçalves e Gonçalves (2012), a vivência da reclusão requer modificações nos padrões básicos de vida e de funcionamento dos indivíduos. Neste sentido, de acordo com os mesmos autores, a adaptação à prisão, embora seja diferente de indivíduo para indivíduo e tenha carácter reversível, é um processo psicologicamente complexo e pode mesmo causar perturbações de stresse pós-traumático após a libertação.

De acordo com Islam-Zwart e Vik (2004), a adaptação refere-se ao processo de modificar ou moldar os comportamentos individuais de forma a estarem em conformidade com as novas circunstâncias ou ambientes culturais. Para os mesmos autores, a reclusão exige a modificação radical de padrões de vida e de funcionamento básicos de um indivíduo, tornando-se, não raras vezes, uma experiência stressante e o seu ajustamento crítico. Por sua vez, Chen, Lai & Lin (2014) apontam que embora não haja uma definição precisa na

literatura sobre a adaptação à prisão, os sinais exteriores de adaptação comportamental e psicológica baseiam-se principalmente na redução da incidência de má conduta institucional (ou seja, as infrações e as violações das regras) e prevenção de sintomas de depressão (por exemplo, a ansiedade, a angústia e o bem-estar psicológico).

De acordo com Loper (2002), uma adaptação de sucesso à prisão geralmente aumenta a probabilidade de ocorrência de boas oportunidades de reabilitação, potenciando uma redução do risco de reincidência. Aqui, uma vez mais, a expectativa é que o suporte social durante e após a prisão pode servir como um fator diferenciador entre aqueles que reincidem e os que não voltam a cometer crimes (Bales & Mears, 2008). Contudo, os mesmos autores salientam que, embora estes estudos apontem que as visitas, em geral, podem reduzir a reincidência, esta hipótese não foi diretamente testada.

A pesquisa sobre o impacto do encarceramento sobre as mulheres indica que este varia substancialmente entre os diferentes tipos de mulheres. De acordo com Steiner e Wooldredge (2009), os preditores do desajuste podem ser separados em três categorias principais, as quais podem funcionar como mecanismos de controle do comportamento do/a recluso/a, de forma direta ou indireta: (a) as experiências da fase pré-encarceramento, (b) as experiências e atividades durante a reclusão e c) as características do contexto.

Apesar de viver na prisão ser difícil para todos/as os/as reclusos/as, a evidência sobre prisões femininas sugere que as mulheres têm maiores necessidades de apoio social durante o período de reclusão, o que se torna um aspeto importante para uma compreensão mais completa da adaptação à vida na prisão (Jiang & Winfree, 2006).

Pogrebin e Dodge (2001) baseados em diversos estudos defendem que a adaptação é mais difícil para as reclusas do que para os reclusos, nomeadamente porque as mulheres tendem a valorizar mais a privacidade do que os homens e se preocupam com o risco de serem abandonadas pela família e cônjuges em consequência da reclusão, bem como com a solidão no período pós-reclusão.

Neste medida, vários estudos descobriram que as reclusas são significativamente afetadas pelas chamadas “dores de prisão” (ver Sykes, 1958), sendo que além da privação da liberdade, da autonomia, dos bens materiais e de relações heterossexuais, que são comuns a todos os reclusos (Severance, 2005), as mulheres citam a falta de companheirismo e a separação dos seus filhos e família como os fatores mais angustiantes (Casey-Acevedo & Bakken, 2002). Também no estudo de Finhani e Souza (2005) os autores apontam que a relação com a família é considerada de grande importância para as reclusas, que mencionam a saudade e a preocupação com a família como as maiores dificuldades na prisão.

Para lidar com estes constrangimentos, as reclusas adotam várias estratégias psicossociais (Severance, 2005). De acordo com Einat e Rabinovitz (2012), a literatura sobre a formação de relações entre mulheres reclusas tem-se debruçado principalmente nas chamadas pseudofamílias e na homossexualidade dentro da prisão e, embora com menos enfoque, nas associações formadas por reclusas, nomeadamente sobre a questão da amizade.

Neste sentido, de acordo com Severance (2005) as mulheres procuram outras reclusas dentro da prisão como forma de obter companheirismo e apoio social, desenvolvendo, por vezes, relações estreitas com as mesmas, as quais podem ser significativas para a adaptação numa fase inicial dentro do ambiente prisional. No seu estudo com 40 reclusas do Ohio Reformatory for Women (ORW), Severance (2005) referiu que, no que concerne à utilidade destes relacionamentos dentro do estabelecimento prisional, os apoios social, emocional e económico são fundamentais para a saúde e o bem-estar das mulheres na prisão e que estabelecer relações com outras reclusas torna-se, por isso, bastante benéfico para muitas mulheres, seja como um substituto para, ou além, dos familiares e amigos que ficaram no exterior.

Listwan, Colvin, Hanley e Flannery (2010) relataram que níveis mais baixos de suporte estão associados a níveis mais elevados de ansiedade, sugerindo que quanto maior os níveis de apoio social, menor a probabilidade dos/das reclusos/as virem a sofrer de sintomas de depressão. Os mesmos autores sugerem que o apoio social cria uma proteção contra os efeitos de acontecimentos stressantes e traumáticos, podendo contribuir para reduzir a tensão e as emoções negativas subsequentes e produzir níveis mais elevados de autocontrolo e estabilidade, tendo um efeito sobre o bem-estar psicológico a nível geral.

No seu estudo Chen et al. (2014) examinaram uma série de experiências pré-prisionais e de influências ambientais para determinar os efeitos da má conduta e dos sintomas de depressão relacionados com a adaptação em prisões femininas de Taiwan. Usando auto relatos de 883 reclusas, os resultados sugerem que a vitimização antes da reclusão, o stresse vivido na prisão e o apoio social dos membros da família tiveram efeitos estatisticamente significativos sobre a adaptação à vida na prisão.

Concluindo, a literatura sugere que a falta de apoio de outras pessoas significativas fora da prisão parece ser bastante crítica na identificação de mulheres que têm dificuldade em adaptar-se ao ambiente institucional (Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

### 2.3. Visitas Íntimas

*“A prisão deve procurar espelhar tanto quanto possível a sociedade em dimensões essenciais da existência humana, tais como as dimensões afetiva e a sexual”* (Cunha, 2008).

Segundo consta no Decreto-Lei nº115/2009 de 12 de Outubro, referente ao Código de Execução das Penas, a execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade não visa a mera punição do agente, mas a reinserção deste na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes. Tendo tal como pressuposto basilar, as teorias a favor do isolamento e da separação com base no cumprimento das políticas e práticas de punição e segurança das prisões evoluíram gradualmente para a compreensão atual da importância da família e dos amigos na reabilitação da pessoa reclusa (Casey-Acevedo & Bakken, 2002).

De acordo com Hensley, Rutland e Gray-Ray (2000) as visitas íntimas surgiram em 1918, pela primeira vez, no estado do Mississippi, como uma forma de controlar a agressão dos reclusos contra os funcionários e outros reclusos, sendo que este programa estava apenas acessível aos reclusos do sexo masculino negros, como estratégia para os controlar e garantir que estes se esforçavam no trabalho nos campos de algodão. Segundo os mesmos autores, tal restrição derivava de dois estereótipos raciais: da noção de que os homens negros eram promíscuos e não conseguiam controlar os seus impulsos, e de que estes possuíam uma força sobre-humana.

Em Portugal, as visitas íntimas entre casais heterossexuais surgiram em 1998, na sequência das visitas da provedoria da justiça aos estabelecimentos prisionais (P. M. Carvalho, comunicação pessoal, 06 de Novembro, 2014). Destas resultou a realização de um relatório, no qual eram abordadas diversas temáticas, sendo uma delas a proposta de introdução do Regime de Visitas Íntimas (RVI) nos estabelecimentos prisionais portugueses (P. M. Carvalho, comunicação pessoal, 06 de Novembro, 2014). Em 2009, com a aprovação do novo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade passaram a ser permitidas as visitas íntimas entre casais do mesmo sexo (Decreto-Lei nº115/2009). Contudo, até 2010, não haviam instalações disponíveis nos estabelecimentos prisionais portugueses femininos para permitir a realização de visitas íntimas, sendo que, as reclusas apenas tinham visitas íntimas se os seus companheiros também estivessem presos (Granja,



Cunha & Machado, 2014). Em Outubro de 2010 realizou-se a primeira visita íntima no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino (EPSCB-F).

O primeiro alvo do RVI foram os reclusos casados, com penas de prisão longas e sem medidas de flexibilização da pena, uma vez que o facto de estes não irem ao exterior provocava o desgaste das suas relações e, consequentemente, a perda de contacto com a sua família (P. M. Carvalho, comunicação pessoal, 06 de Novembro, 2014).

Desde a entrada em vigor do RVI em Portugal até aos dias de hoje, este já sofreu alterações, nomeadamente nos requisitos necessários à possibilidade de admissão ao mesmo. Por exemplo, atualmente pode ser autorizada a receber visitas íntimas não só a reclusa que se encontre casada ou mantenha relação análoga à dos cônjuges, como aquela que, não sendo casada, inicie relação afetiva com pessoa visitante, desde que tenha recebido, da mesma, visitas regulares ao longo de um ano (Decreto-Lei nº115/2009). Neste mesmo decreto pode, ainda, ler-se que a reclusa pode beneficiar de uma visita íntima mensal, com a duração máxima de três horas, sendo que o estabelecimento prisional assegura o fornecimento das condições logísticas e materiais necessárias à sua ocorrência.

De acordo com Lima (2006), a introdução da visita íntima nas prisões femininas traz para o espaço público da prisão, o espaço privado da sexualidade conjugal e a forma como as mulheres lidam com este dualismo. Esta forma de difusão do domínio da intimidade na atualidade faz emergir, segundo a mesma autora, uma outra questão: o controlo espacial e de autoridade sobre a vida íntima. Tendo as relações na prisão características como a gestão punitiva, a interdição e a vigilância, estas acabam, necessariamente, por interferir nestas ligações íntimas que ocorrem num espaço caracterizado pela falta de privacidade, como é o da reclusão. A permanência de vínculos para além e no interior das fronteiras penais faz com que, não raras vezes, o meio correccional se transforme num instrumento regulador que se torna parte integrante do funcionamento das relações (Comfort, 2007).

De acordo com as histórias de vida das mulheres entrevistadas por Granja, Cunha e Machado (2012), as relações íntimas em conjugação com este controlo penal patenteiam a reconfiguração da intimidade e das suas dinâmicas afetivas e sexuais. Neste sentido, o controle institucional sobre a vida íntima feminina não recai apenas sobre a detenção da mulher, mas abrange a sua vivência conjugal mais vasta (Granja, et al., 2012).

Segundo Hensley et al. (2000), os estudos sobre o tema das visitas íntimas iniciaram-se na 2ª metade do século XX, com o trabalho de Hopper intitulado “Sexo na Prisão”. Desde aquela época, os defensores destes programas de visitas íntimas têm argumentado que estas mantêm a estabilidade familiar (e.g., Casey-Acevedo & Bakken, 2002), reduzem o

comportamento violento sexual e não sexual na prisão (e.g., D'Alessio, Flexon & Stolzenberg, 2013; Siennick, Mears & Bales, 2013), diminuem o isolamento social na prisão, aumentando o bem-estar psicológico da pessoa reclusa (e.g., Tewksbury & DeMichele, 2005), ajudam a controlar a homossexualidade no ambiente de reclusão, diminuem a probabilidade do indivíduo reincidir (e.g., Mears, Cochran, Siennick & Bales, 2012) e promovem uma reinserção social mais positiva (e.g., Visser & O'Connell, 2012). Deve-se salientar que a maioria dos estudos têm como amostra homens reclusos, daí que a aplicação destes resultados à população reclusa feminina deve ser cautelosa, sendo necessários estudos comparativos (Einat & Rabinovitz, 2012).

No que concerne ao primeiro aspeto, a estabilidade familiar, no estudo de Frinhani e Souza (2005) as reclusas mencionam que o facto de estarem presas provocou mudanças drásticas nas relações familiares. Assim, as visitas íntimas surgem aqui como algo positivo, na medida em que vários estudos têm suportado a ideia de que estas mantêm o equilíbrio da família, tanto para reclusos do sexo masculino como para reclusos do sexo feminino (Hensley et al., 2000).

No estudo de Einat e Rabinovitz (2012), as mulheres reclusas que recebem visitas íntimas valorizam mais a satisfação emocional advinda da visita com o seu cônjuge, do que a relação sexual per si, resultado este que surgiu novamente no estudo de Granja et al. (2014).

Outro argumento é o de que as visitas, no geral, e as visitas íntimas, em particular, reduzem o comportamento violento na prisão, incluindo as agressões sexuais. Estas, ao permitirem a manutenção dos laços com a família, amigos e membros da comunidade, funcionam como um instrumento de controle informal, podendo contribuir para desencorajar a má conduta institucional do/a recluso/a (Jiang & Winfree, 2006). Estas ligações familiares podem ser importantes num contexto onde a pessoa reclusa enfrenta uma pressão considerável para a conformidade com as subculturas desviantes da prisão, uma vez que se as conexões com a comunidade enfraquecem, o/a recluso/a pode começar a identificar-se mais com a cultura da prisão (Cochran, 2012). No seu estudo, Cochran (2012) sugere que uma explicação plausível para tal pode ser a de que o contato regular com amigos e familiares permite que a pessoa mantenha o seu papel na família ou como membro da comunidade, identificando-se em menor grau com a subcultura da prisão. Neste sentido, Mears, Cochran, Siennick e Bales (2012) sugerem que a manutenção ou a criação de laços sociais, incluindo as relações com cônjuges, outros significativos, familiares e amigos parece ser um mecanismo fundamental através do qual as pessoas na prisão podem evitar a influência potencialmente criminógena do período de reclusão, incluindo as tensões e hostilidades que

surtem durante e que podem afetar a propensão para o crime, aumentando, também, a probabilidade de uma reinserção de sucesso.

Como os estudos sobre a adaptação à prisão sugerem, uma das preocupações centrais que os reclusos expressam é o isolamento das redes sociais às quais pertenciam e participaram anteriormente (Mears et al., 2012). Assim, a visita pode reduzir os sentimentos de perda e frustração e a falta de esperança associados à quebra dos laços com a família, amigos e comunidade (Bales & Mears, 2008). Além disso, a visita pode sustentar ou criar redes sociais que, após a libertação, permitem aos ex-reclusos/as lidar com os desafios que se opõem a uma reentrada de sucesso e assim reduzir as tensões com que são confrontados/as (Mears et al., 2012).

Uma outra evidência surge no estudo de Visser e O'Connell (2012), no qual realizaram entrevistas a 800 reclusos de ambos os sexos acerca das suas percepções sobre o regresso à vida em liberdade e onde sugerem que os programas prisionais que facilitam o apoio da família durante o período de reclusão têm um papel importante no aumento do otimismo de homens e mulheres reclusos/as no seu retorno à comunidade. Segundo estes autores, os laços familiares, através do apoio percebido, contribuem para orientar os/as reclusos/as no sentido de uma perspetiva otimista sobre a sua reinserção social. Também Casey-Acevedo e Bakken (2002) defendem que a manutenção dos laços familiares por meio de programas de visita pode ajudar a fortalecer as relações entre a pessoa reclusa e a sua família, o que, provavelmente, irá aumentar a possibilidade de uma adaptação bem-sucedida à prisão e à vida após a mesma, bem como contribuir para a reunificação com amigos e familiares.

O estudo de Einat e Rabinovitz (2012), o qual realizou entrevistas a oito reclusas de Neve Tirza (Israel) inscritas no RVI, com o intuito de conhecer as suas atitudes e significados em relação a este, concluiu que as participantes demonstram tanto atitudes negativas como positivas em relação às visitas íntimas. Por um lado, as reclusas encaram as visitas íntimas na prisão como um programa significativo e positivo, defendendo que estas permitem não só a gratificação sexual, como também contribuem para uma experiência de privacidade temporária, para uma sensação de liberdade e para o restabelecimento da intimidade, o que atenua as suas dores de prisão e fortifica as suas relações com os seus parceiros (Einat & Rabinovitz, 2012). Por outro lado, durante as visitas, todas elas criticam o mau estado das instalações onde as visitas decorrem e partilham um certo desconforto causado pelas condições artificiais, as quais tornam uma experiência de intimidade num acontecimento público, dando azo a comentários por parte das outras reclusas (Einat & Rabinovitz, 2012).

Segundo as autoras, a maioria das participantes deste estudo destacam, ainda, o sentimento de ambivalência experienciado pelas próprias no final de cada visita, na medida em que a separação do seu companheiro é angustiante e a transição extrema daquele momento de privacidade para a rotina da prisão é difícil de suportar. No entanto, de acordo com as mesmas autoras, no fim da visita íntima as reclusas sentem-se mais relaxadas e com uma sensação de vitalidade renovada.

Lima (2006), num estudo em que realizou grupos focais com dois grupos de mulheres reclusas, um inscrito no RVI e outro não, concluiu que no grupo de mulheres que optou pela visita íntima, estas apontavam que a mesma está relacionada com a manutenção dos laços conjugais e com o medo de perder o elo de conjugalidade. Este grupo também defendeu que a visita íntima é importante do ponto de vista das necessidades do homem, o qual foi representado como tendo um desejo sexual naturalmente superior ao da mulher e que necessita de ser saciado (Lima, 2006). No entanto, a autora afirma que as mulheres do grupo com visita íntima enunciam, também, dificuldades, tais como o facto de o encontro sexual do casal não representar para elas uma fonte de prazer, na medida em que está associado a uma série de preocupações e de ansiedade em relação à forma como o companheiro a vai receber e ao facto de esta atender às expectativas do mesmo. Por sua vez, o grupo de mulheres que prescindiu da visita íntima justificaram-no como uma forma de recusa de certas imposições, tanto do companheiro como do estabelecimento prisional, as quais encaram como um desrespeito pelo desejo da mulher, referindo que não gostam de sexo programado, nem do facto de a mulher ter de estar disponível para o homem, cumprindo um padrão definido pela instituição (Lima, 2006). Nesta medida, questões como o horário, dia pré-estabelecido, local e as condições oferecidas para a ocorrência da visita íntima são fatores que estas mulheres associam a sentimentos de humilhação e de constrangimento, encarando a visita íntima como uma redução da intimidade a algo mecânico, respondendo a um impulso biológico, a uma obrigação que as mulheres têm que cumprir (Lima, 2006).

Segundo a mesma autora, ambos os grupos apontam a ausência de intimidade prisional como um constrangimento associado à visita íntima, na medida em que, segundo as mesmas, isso significa tornar público o que é entendido como privado e, num contexto em que já dividem espaços, regras e convivências, dividir a sua intimidade é constrangedor, chegando mesmo as não participantes do programa a defender que tal retira significado ao próprio conceito de intimidade.

Estas podem ser encaradas como críticas mais recentemente apontadas ao regime de visitas íntimas, mas na literatura foram surgindo outras críticas face a estes programas,

algumas já ultrapassadas, tais como a falta de instalações para as visitas e o facto de só as pessoas casadas terem acesso à visita íntima (Hensley et al., 2000).

Concluindo, de acordo com Lima (2006) e com o meu próprio ponto de vista, o espaço da reclusão, no geral, e as visitas íntimas, em particular, podem trazer um novo olhar da realidade ali circunscrita, no que concerne à vivência da sexualidade feminina neste contexto e à compreensão do paradoxo existente entre o sexo imposto e a liberdade sexual na prisão, seja pela negação ou pela opção de realizar a visita íntima nas condições impostas pela instituição, como também perceber até que ponto e em que medida as visitas íntimas influenciam a vivência da experiência de reclusão feminina.

### **3. Estudo Empírico**

#### **3.1. Objeto e Objetivos de Investigação**

Tal como anteriormente referido, o nosso objeto de estudo é a vivência da reclusão feminina, com o objetivo de compreender a percepção que as reclusas inscritas e não inscritas no regime de visitas íntimas têm acerca da influência deste tipo de regime na forma como as mulheres vivenciam a sua reclusão.

Procuramos, para tal, conhecer, em profundidade, as atitudes, percepções e significados que as reclusas inscritas e não inscritas no regime de visitas íntimas têm sobre este, aceder às motivações das entrevistadas para a sua adesão ou não adesão às visitas íntimas e compreender em que medida todas estas percecionam a influência das visitas íntimas na vivência da reclusão feminina. Pretendemos, ainda, comparar as atitudes, percepções e significados que as entrevistadas inscritas e não inscritas no regime de visitas íntimas possuem sobre este, bem como sobre a sua influência na vivência da reclusão feminina. Quando falamos em influência das visitas íntimas estamos a referir-nos aos possíveis efeitos percecionados pelas reclusas ao nível da vivência diária da reclusão de quem usufrui deste tipo de visitas.

Assim, os nossos objetivos mais específicos são:

- Conhecer as atitudes e percepções das reclusas inscritas no RVI em relação a este;
- Conhecer as atitudes e percepções das reclusas não inscritas no RVI sobre este;
- Explorar os significados que a visita íntima tem para quem dela usufrui;
- Explorar os significados do RVI para as reclusas não inscritas neste;
- Aceder às motivações para a adesão ou não das reclusas a este regime;
- Compreender a influência das visitas íntimas na vivência da reclusão feminina, sentida pelas mulheres que usufruem destas visitas e percecionada pelas reclusas não inscritas neste regime.
- Comparar as atitudes, percepções e significados que as entrevistadas inscritas e não inscritas no RVI possuem sobre este, bem como sobre a sua influência na vivência da reclusão feminina.

### **3.2. Método**

Tendo em conta que a escolha do método deverá decorrer essencialmente dos nossos objetivos em cada momento e do tipo de interrogação a que pretendemos responder através da investigação, acreditamos que a metodologia qualitativa é a mais indicada para esta investigação, na medida em que nos permitirá identificar as atitudes e perceções que as reclusas entrevistadas possuem acerca do regime de visitas íntimas, aceder aos seus significados em relação ao mesmo e perceber se este exerce influência na forma como vivenciam a sua reclusão.

A metodologia qualitativa utiliza diferentes estratégias de investigação e métodos de recolha e análise de dados, sendo, em grande parte, um processo de investigação em que o investigador entra no mundo dos participantes do seu estudo e procura aceder às perspetivas e significados destes (Creswell, 2003). No nosso caso, a opção foi pelo uso da entrevista semiestruturada, na medida em que nos permite aceder ao discurso e significados das participantes.

Nas perspetivas construtivistas, onde se enquadra este estudo, o conceito de validade da investigação altera-se e é nesse sentido que as propostas para assegurar a validade dos resultados emergentes dos estudos qualitativos passam, antes de mais, pela descrição detalhada de todo o processo de investigação (Matos, 2008). Tal como aconteceu no estudo de Matos (2008), também na nossa investigação a manutenção da proximidade com os significados emergentes nos discursos das mulheres da amostra, que assegurámos ao utilizar uma abordagem indutiva e ao usar excertos das entrevistas na descrição e análise dos dados, pode ser considerada uma forma de validação dos resultados obtidos.

À semelhança do sugerido pela mesma autora, também neste estudo não pretendemos reivindicar para os resultados que obtivemos um estatuto de verdade ou de realidade apreendida, na medida em que estes são interpretações construídas a partir dos dados sem desrespeitar o ponto de vista das mulheres da amostra.

#### **3.2.1. Instrumento de Recolha de Informação: Entrevistas Semiestruturadas**

Bardin (2006) afirma que a utilização da entrevista enquanto método de recolha de informação permite ao entrevistado apresentar, de forma livre e espontânea, aquilo que viveu, pensou e sentiu em relação a um determinado tema. Tendo isto em conta, e considerando que se pretendia neste estudo aceder aos discursos sobre o regime de visitas

íntimas e a influência deste na vivência da reclusão feminina, o instrumento que se configurou mais adequado para a recolha de dados foi a entrevista qualitativa.

Para responder aos objetivos da investigação, optamos por realizar entrevistas em profundidade a reclusas do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino.

Especificamente para a realização desta investigação foram elaboradas duas entrevistas semiestruturadas, uma para cada grupo de participantes, contendo questões que, depois de realizada a indispensável revisão da literatura, foram consideradas importantes para o estudo da influência das visitas íntimas na vivência da reclusão feminina. Cada entrevista era composta por questões relativas a três grandes temas, escolhidos como uma forma de afunilar a abordagem ao objeto de estudo: 1. A criminalidade feminina que incluía questões gerais sobre a prática do(s) crime(s) que originou(aram) a reclusão, 2. A adaptação à reclusão com questões que nos permitissem apreender o modo como cada entrevistada vivencia a sua reclusão e 3. As visitas Íntimas. Cada guião continha exatamente as mesmas perguntas no que respeita aos dois primeiros temas, divergindo em alguns aspetos no tema respeitante às visitas íntimas, de modo a estar de acordo com os objetivos da investigação e com as características do grupo em questão, isto é, atendendo a que metade usufruía de visitas íntimas e a outra metade não - os anexos 1 e 2 contêm os dois guiões, respetivamente.

O facto de este tipo de entrevista ser baseada em diretrizes gerais, permite-nos garantir que todas as entrevistadas estariam sujeitas a estímulos semelhantes, permitindo assim uma base comum para a análise de dados. Nesta medida, cada guião de entrevista foi construído com flexibilidade suficiente para aceder ao nosso objeto de estudo, nomeadamente permitindo a exploração de outros tópicos que se revelassem pertinentes e a alteração da forma e do momento em que as questões foram colocadas, embora globalmente tenhamos mantido a sequência dos três grandes temas da entrevista (Criminalidade feminina; Adaptação à reclusão; Visitas Íntimas).

### 3.2.2. Participantes

Ao delinear uma investigação qualitativa, um dos passos essenciais consiste na seleção dos indivíduos ou grupos de indivíduos que nos permitam compreender a problemática em questão. Tendo em conta o nosso objeto de estudo, optamos por recolher dados junto de dois grupos de reclusas: reclusas inscritas no regime de visitas íntimas e reclusas não inscritas no regime de visitas íntimas.



A investigação existente em Portugal sobre as atitudes, percepções e significados que as reclusas com regime de visitas íntimas têm sobre este regime é quase inexistente e não existe qualquer estudo no nosso país sobre as atitudes, percepções e significados que as reclusas não inscritas no regime de visitas íntimas possuem sobre o mesmo. Tendo isto em conta, optamos por incluir na nossa amostra tanto as mulheres que usufruem de visitas íntimas, como aquelas que não estão inscritas neste regime e comparar as suas respostas.

Assim, a nossa amostra é constituída por 40 reclusas, sendo que 20 tinham visitas íntimas e 20 não usufruíam deste tipo de visitas. Destas 40, três são de nacionalidade estrangeira. A média de idades é de 37 anos, tendo a reclusa mais nova 21 anos e a reclusa mais velha 54 anos. Da totalidade da amostra temos 21 reclusas primárias e 19 reclusas reincidentes, com uma média de três anos de reclusão. Das entrevistadas, seis estavam em prisão preventiva e as restantes estavam condenadas, sendo que a maioria cumpre pena pelo crime de tráfico de estupefacientes. Das reclusas inscritas no RVI, 11 tinham os companheiros presos e das reclusas sem RVI treze não estavam, à data das entrevistas, num relacionamento amoroso.

O método de seleção da amostra foi aleatório tendo por base duas listas disponibilizadas pela direção do EPSCB-F: a primeira com as reclusas inscritas no regime de visitas íntimas (62 mulheres no total, à data das entrevistas) e a segunda com as restantes reclusas detidas nesse mesmo EP (278 reclusas sem RVI).

### 3.2.3. Procedimentos

Depois de eleita a prisão como o *campo* de recolha dos dados e de concedidas as devidas autorizações por parte da DGRSP e direção do EPSCB-F, demos início à realização das entrevistas, as quais foram gravadas em áudio.

Com o intuito de garantir o cumprimento dos princípios éticos da investigação, no início da interação com cada entrevistada era feito um esclarecimento sobre os objetivos do estudo, o processo de recolha dos dados e as condições em que a entrevista iria ocorrer, sendo assegurado o anonimato. Após esta elucidação e obtendo a concordância das reclusas, estas assinavam um consentimento informado no qual estavam explicadas as questões supracitadas e a autorização das próprias para se proceder à gravação áudio das entrevistas (cf. Anexo 3).

As entrevistas decorreram entre o dia 27 de Janeiro e o dia 4 de Março do ano corrente, num gabinete privado do estabelecimento prisional, tendo a sua duração variado entre quinze minutos e uma hora e meia.

Depois de recolhidas, as entrevistas foram integralmente transcritas e procedemos a uma análise de conteúdo das mesmas.

#### 3.2.4. Tratamento dos Dados: Análise de Conteúdo de tipo Categorical

A análise de dados qualitativos pressupõe a exploração exaustiva do material recolhido (Creswell, 2003). Assim, depois de gravadas e integralmente transcritas, o passo seguinte foi a leitura atenta e cuidada das entrevistas.

A adoção de uma metodologia de investigação qualitativa possibilitou-nos explorar as atitudes, perceções e significados das visitas íntimas, segundo o ponto de vista das próprias reclusas. Uma vez que realizamos entrevistas semiestruturadas em profundidade, o recurso à análise de conteúdo revelou-se indispensável para tirar o melhor proveito do material recolhido, na medida em que esta, dito de forma geral, compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2011).

Em simultâneo com a leitura atenta de cada entrevista, era destacado no próprio texto as informações mais relevantes, tendo em conta o objeto e objetivos do estudo e de acordo com as principais categorias pré-estabelecidas nos guiões das entrevistas (ver listagem das categorias no Anexo 4). Após as leituras necessárias de cada entrevista, procedemos a uma divisão e agrupamento do texto por categorias, que permitem não só organizar os dados, sem alterar o material, como classificar, no discurso das entrevistadas, os elementos significativos, reconhecendo aquilo que há de comum e de diferente entre eles.

Quando demos conta da repetição das informações recolhidas nas entrevistas, considerando os objetivos da investigação, assumimos que alcançamos a saturação empírica e, por esse motivo, não se justificava continuar a recolha de dados. Tal foi reforçado quando, na nossa análise, conseguimos reconhecer, a repetição de informações significativas que davam resposta às questões centrais do estudo, assegurando-se a pertinência e a exaustividade das categorias construídas.

## 4. Análise dos Resultados

O presente capítulo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira será apresentada a descrição e análise de conteúdo das entrevistas feitas às reclusas com RVI e na segunda será exposta a descrição e análise de conteúdo das entrevistas realizadas às reclusas não inscritas no RVI, sendo ambas acompanhadas pela integração da revisão da literatura. Para uma melhor compreensão e organização, optamos por realizar cada descrição e análise dos dados separadamente por cada tema abordado nas entrevistas. Posteriormente, no capítulo final da tese, iremos realizar uma análise comparativa e integradora dos dados encontrados.

### 4.1. Descrição e análise dos dados do grupo inscrito no regime de visitas íntimas

#### 4.1.1. Criminalidade Feminina

Os motivos apontados pelas reclusas entrevistadas para o cometimento do crime foram de natureza económica ou a influência social. No que diz respeito às condições económicas, estas foram associadas a três fatores: às despesas com a casa e com os filhos, ao consumo de droga (*“Ter dinheiro para o consumo”*, R3) ou a outros fatores, como, por exemplo, a necessidade de dinheiro para a realização de tratamentos para a infertilidade. Nos casos em que o motivo indicado para a prática do crime foi a influência social, esta foi descrita como sendo exercida por pares (*“Más companhias”*, R10) ou, então, pelo contexto em que estavam inseridas (*“Foi o bairro onde eu nasci e cresci. Foi a influência mesmo da zona onde nasci e cresci.”*, R5). Três das reclusas entrevistadas afirmaram não ter cometido o crime pelo qual estão a cumprir pena pelo que não indicaram qualquer motivo associado.

No caso das reclusas cujo motivo apontado para a prática do crime é económico, associado às despesas com a casa e com os filhos, nota-se nas suas narrativas uma legitimação da prática transgressiva (*“Eu estava de bebé na altura, tinha de alugar casa, tinha de comprar coisas para o meu filho que ia nascer e foi a única maneira que eu arranjei de arranjar dinheiro. Não foi para luxos, foi para conseguir criar o meu filho”*, R14). Esta legitimação da sua prática transgressiva também evidencia um distanciamento e a não identificação com o rótulo de criminosas, como nos sugere a entrevistada R9, quando, relativamente à visão que os outros têm sobre a reclusa, utiliza a expressão *“como se fossemos”*: *“Muito mal! Porque há pessoas... É assim, há algumas que compreendem, há*

*outras que não, que olham para nós como se fossemos umas criminosas, como se fossemos a pior coisa do mundo!”.*

Apesar de na literatura científica a mulher criminosa surgir frequentemente associada à ação masculina (Finhani & Souza, 2005), numa espécie de hetero determinação do delito, nesta investigação tal não se verifica. Nenhuma das reclusas entrevistadas fez referência a uma influência masculina direta na determinação do seu ato. Contudo, nota-se nos discursos das entrevistadas uma externalização da responsabilidade, quer atribuindo-a à necessidade (e.g., *“Eu via ali as minha filhas sem nada, queriam pão e não tinham e eu olhe envolvi-me outra vez (...) tive de traficar novamente”*, R11), quer à influência social (e.g., *“A ocasião faz o ladrão. Se não me tivesse envolvido com esse fulano... ninguém me apontou uma faca, correto? Mas penso que nunca na minha vida teria ido conduzir um carro para um assalto, sinceramente”*, R10).

Tal como sugere Manita (2000), o/a criminoso/a, como qualquer outro indivíduo, constrói o real e desenvolve uma dada posição de significação existencial, na qual o crime, a dado momento da sua história de vida, adquire significado. Assim, através da análise das narrativas, percebe-se que o crime surge na sequência de uma determinada conjuntura de vida das entrevistadas, sendo que cada reclusa conta o episódio a partir do qual decidiram que iriam cometer o crime, isto é, a situação que desencadeou a tomada de decisão para a ação criminal. Embora estes episódios se distingam entre todas, eles têm em comum a necessidade de dinheiro para fazer face a necessidades consideradas prementes. O caso de R4 parece ilustrar bem esta posição quando nos diz o seguinte: *“Decidi começar a mexer no que é dos outros, que não devia, mas que na altura fazia sentido para mim (...) eu fiz não só pela minha filha, mas fiz pelo bem da minha família toda (...) O dinheiro não chegava e isto surgiu assim a partir do dia que a minha filha me diz, à noite, «oh mãe...», não sei se foi um iogurte ou um leite achocolatado e eu disse «Oh filha, a mãe não tem» e ela olhou para mim e disse-me «Mas oh mãe apetecia-me tanto» e eu chorei tanto naquela noite, chorei tanto... e decidi, prontos...decidi começar a fazer assaltos.”.*

Através da análise das narrativas percebe-se que as entrevistadas se socorrem de uma série de racionalizações (ver Sykes e Matza, 1957) relativamente ao crime que cometeram como forma de neutralização da culpabilidade associada aos comportamentos transgressivos. Estas racionalizações constituem formas de pensamento ou cognições que transformam os significados atribuídos pelo indivíduo à realidade. Um excerto onde podemos identificar facilmente duas técnicas de neutralização é na narrativa da entrevistada R7, condenada por tráfico de estupefacientes. No seu discurso são claramente visíveis: a

negação dos danos, quando minora e desvaloriza o ato desviante (*“Eu não matei ninguém, nem obriguei ninguém a ir ter comigo”*) e o apelo a lealdades superiores, neste caso o seu papel enquanto mãe, referindo *“Se eu não fizesse, os meus filhos passavam fome ou viviam na rua e isso eu não podia aceitar. Isso não! Os meus filhos passaram mal nunca na vida. Nunca. E olhe...optei”*.

Em relação à visão que julgam que os outros têm acerca de uma reclusa, a maioria das entrevistadas faz referência a uma atitude discriminatória e à respetiva rotulagem, as quais são vistas como as maiores causadoras da negação de oportunidades de que são ou virão a ser alvo, principalmente no que respeita à sua reinserção laboral, revelando-se esta a principal barreira para uma reinserção de sucesso (*“Não arranjamos trabalho com tanta facilidade e eu vejo por pessoas que voltaram a entrar, porque se meteram no crime outra vez por não lhes terem dado trabalho por elas terem estado presas”*, R14).

A estratégia das reclusas para lidarem com estas atitudes discriminatórias passa pela sua desvalorização, isto é, desvalorizam a opinião de quem lhes é estranho, valorizando a opinião de quem lhes é próximo (*“Eu não ligo mesmo ao que as pessoas pensam de mim, lá fora. O que importa a mim é a minha família mesmo, quem me conhece realmente.”*, R5). Além disto, há a atribuição de um carácter de vulnerabilidade iminente para a prática do crime que ajuda também a desvalorizar essa discriminação, como podemos perceber pelas narrativas de R9 *“As pessoas nunca deviam de pensar assim, porque elas nunca sabem o dia de amanhã (...) pode acontecer a elas ou a um filho ou a um familiar... (...)”* e de R2 *“(...) ninguém pode cuspir para o ar, porque não se sabe o dia de amanhã.”*.

Quanto à perceção das próprias entrevistadas acerca do crime que cometeram, estas encaram o ato de cometimento do delito como um erro (*“É assim, toda a gente erra, não é? Uns erram de uma maneira, outros erram de outra. (...) e eu foi assim...aconteceu”*, R9), que ocorreu num mau momento (*“Opah e é momentos, não sei. (...) é como se diz é o dia e o momento do azar”*, R2), decorrente de uma perda de controlo (*“Foi mais um desespero psicológico (...) chegou a um ponto que a gente meio que já estava sem noção (...) a gente perdeu as estribeiras...e tudo na nossa vida foi-se tornando numa bola de neve... foi tudo em consequência, entendeu?”*, R16).

Numa análise mais aprofundada das narrativas, percebe-se que, embora as mulheres reconheçam o seu ato como desviante, pois todas as reclusas lhe atribuem um carácter negativo, estas não assumem um envolvimento deliberado na prática transgressiva. Isto é, surge nas narrativas um certo fatalismo subjacente ao início da atividade criminosa como algo que não pertence a dimensões controláveis do indivíduo (e.g., *“Chegou a um ponto que*

*a gente meio que já estava sem noção... e a gente já não tinha mais caminho ...a gente perdeu as estribeiras”, R16).*

No que respeita à questão relativa aos significados que atribuem ao ser mulher, no caso da maioria das reclusas, houve, de forma evidente, uma dificuldade em responder. Tal, pode dever-se à facilidade com que se situam em relação ao contexto onde estão e à sua condição de reclusas (*“Para mim o meu papel é sempre o mesmo. É assim... há aquelas mulheres mais carentes e não sei o quê, não é? ... E que se metem umas com as outras. Eu não. Eu continuo a mesma. A que fui lá fora continuo a ser a mesma cá dentro. O comportamento... tudo.”*, R12), embora esta referência ao contexto de reclusão e a elas enquanto reclusas não tivesse sido feita na questão colocada.

No entanto, algumas das reclusas entrevistadas compreenderam a questão e deram respostas que se enquadram nos papéis de género tradicionais, quer através da alusão à família, com especial valorização da maternidade (*“Ai ser mulher para mim acima de tudo é ser mãe. O melhor papel da mulher é ser mãe”*, R14), quer ao papel da figura feminina nas tarefas domésticas, tal como nos diz R8: *“O papel da mulher, por mim, é cuidar da casa, se tiver filhos cuidar dos filhos, ir às compras e quando o homem chega a casa já ter o comer feito. Para mim é assim”*.

#### 4.1.2. Adaptação à reclusão

À data das entrevistas, e em concordância com o sugerido por Islam-Zwart e Vik (2004), quando levadas a refletir sobre como decorreu a sua adaptação, a maioria das reclusas entrevistadas admite que a fase inicial do seu período de reclusão foi uma experiência psicologicamente dolorosa e o seu ajustamento crítico, como nos explica a entrevistada R16: *“Extremamente difícil! Me senti um gato enjaulado... Eu não consigo nem descrever a dor. (...) Eu acho que eu chorei quatro dias seguidos...sem comer...Eu emagreci catorze quilos...”*. Quatro das entrevistadas afirmaram que a sua adaptação foi positiva (*“Foi boa”*, R19).

No que respeita à adaptação à reclusão, o afastamento da família e dos filhos (*“A única dificuldade que eu tenho é estar longe dos meus filhos”*, R2) e a preocupação com estes (*“Custa saber que a família está lá fora a passar necessidades e não poder fazer nada, custa não saber se um filho tem comida na mesa”*, R1) são sentidos como as maiores dores de prisão para todas as reclusas entrevistadas. A atenuar estas dificuldades, as reclusas

salientam que as ajuda saberem que os seus filhos, embora não estando com elas, estão em segurança e bem cuidados, como no caso de R12, que explica *“É um alívio. Sei que os meus filhos estão bem protegidos com essa pessoa. (...) É por isso que eu lhe digo... eu vivo aqui o meu dia-a-dia tranquila, porque eu sei que eles estão bem”*.

As restantes dificuldades que enunciam estão relacionadas com o contexto prisional (*“Foi um bocado...Ao início senti diferença nos barulhos e ia para os clínicos porque tinha muitas dores de cabeça...Tudo me fazia impressão, as guardas a berrarem no refeitório...”*, R15) e com a privação da liberdade e da autonomia, como sugere a entrevistada R5: *“Quando vamos ao telefone e sabemos uma notícia e queremos fazer alguma coisa e sabemos que não podemos sair daqui (...) Dávamos nem que seja um ano da nossa liberdade para ir lá fora uma hora resolver um problema ou darmos um beijo ou um abraço a alguém”*.

Pela análise de alguns discursos, percebemos que esta dor de prisão relacionada com a privação da liberdade não é unicamente física, isto é, relacionada com o impedimento de saída para o exterior, mas também uma privação daquilo que entendemos como uma “liberdade sensitiva”, que ultrapassa o isolamento e afastamento físicos destas pessoas em relação à sociedade extramuros. Os seguintes exemplos são bastante ilustrativos da expressão desta falta de liberdade sensitiva: *“Não ver gatos, não ter um cão para fazer uma festa... Plantas... Aqui não temos nada para tocar, aqui toco em paredes, em pedras coladas... e temos necessidade disso. A natureza!”* (R5) e *“É só tu olhar lá para fora e tu ver, o que é que eu vejo? Muro! Sinto falta... de ver! Eu gosto de ser livre! Não só da forma física (...) aqui eu não vejo uma flor! Que pelo menos os meus olhos vissem um pouco mais de beleza... Só muro, muro, muro! Isso me angustia tanto!”* (R 16).

Para lidarem com os constrangimentos decorrentes da entrada na prisão, as mulheres entrevistadas assumem uma modificação ou moldagem dos seus comportamentos para que estes fiquem em conformidade com as novas circunstâncias (*“Eu basicamente mudei em tudo. (...) Uma pessoa aqui temos que aprender a lidar com todo o tipo de situações, uma pessoa aqui tem que crescer”*, R4) e, ao longo da sua vivência da reclusão, adotam várias estratégias para lidar com a mesma, tal como nos sugere a literatura (Severance, 2005).

Uma das estratégias, para a maioria das reclusas, passa por encontrar uma atividade satisfatória intramuros, sendo a ocupação laboral a preferencial (*“Gosto de estar a trabalhar. (...) Senão eu já tinha, ui... eu já tinha rebentado comigo. (...) o que nos ocupa mais a cabeça é ter um trabalho, porque se a gente não trabalhar, a gente aqui dá cabo da cabeça toda, toda”*, R7). Outras reclusas, tendo suporte financeiro no exterior, optam por melhorar a sua formação escolar e, assim, ingressam na escola para continuar os seus estudos.

Uma outra estratégia facilitadora da vivência da reclusão que emerge dos discursos de duas entrevistadas é a escrita, a qual foi apontada como um contributo para o seu bem-estar psicológico: *“Olhe, como me entretenho na minha cela é a escrever poemas e versos. E quando estou assim muito triste, sento-me lá e escrevo. Às vezes quando estou zangada, pego num papel e faço... prontos, escrevo o que me apetecer fazer e depois rasgo! Fico aliviada!”* (R8).

Quando questionadas sobre se a experiência da reclusão lhes provocou alguma modificação pessoal, a maioria das entrevistadas responde afirmativamente, associando a esta modificação aspetos relacionados com a sua forma de ser, de estar e de pensar sobre a vida, considerando, especificamente, que passaram a valorizar aspetos aos quais anteriormente não davam importância (*“Sim, sim, porque eu cresci muito. (...) Isto fez com que eu abrisse os olhos e desse mais valor a pequenas coisas, aos pormenores, ao dinheiro, porque eu não dava valor ao dinheiro (...) Há sempre qualquer coisa de positivo.”*, R4).

#### 4.1.3. Visitas Íntimas

A maioria das reclusas, à data das entrevistas, tinha um relacionamento íntimo longo iniciado antes da reclusão e três das reclusas referiram terem iniciado uma relação durante o período de reclusão. Com a exceção de seis reclusas que aderiram recentemente ao RVI, as restantes estavam, à data das entrevistas, há mais de um ano neste regime, com um percurso sem interrupções.

Todas as reclusas entrevistadas afirmaram que a opção pela adesão ao RVI foi uma decisão tomada em conjunto com o companheiro, embora destas, sete tenham feito referência ao facto de terem sido as próprias a dar o primeiro passo e três entrevistadas referiram que a primeira abordagem ao RVI partiu do companheiro.

A maioria das mulheres entrevistadas aponta como principal razão para a adesão ao RVI o facto de a visita íntima permitir uma convivência mais íntima e prolongada com o seu companheiro, num ambiente sem vigilância direta, como nos referiu a entrevistada R10: *“No meu caso, porque eu acho que as três horas para falarmos mais à vontade, porque a visita normal é uma hora. Eu acho que é mais pelo convívio, pelo poder falar mais à vontade, percebe? Não está ali ninguém como na sala de visita a ver”*. Algumas reclusas, para além destas razões, salientam alguns aspetos particulares como motivação para a sua adesão ao regime, sejam aspetos relacionados com as necessidades do casal, sexuais ou não (e.g., *“Porque a gente está uma vez por mês juntos, uma hora, neste caso estamos três. E ambos*



*precisamos de tudo, o casal. Não de conversar, mas de sexo, de tudo”, R2), sejam aspetos ligados com as necessidades sexuais do companheiro, de forma a tentar evitar a sua infidelidade (“De ele não ir ter com as outras. (...) Eu perguntei-lhe «Tu foste onde?» e ele começava-se a rir e eu «Olha, eu já te conheço! Já foste ter com outra mulher?» e ele «Oh mor, não estás lá, sabes como é que é» e eu disse-lhe «A partir de agora não vais mais, porque eu vou botar a visita íntima.”, R8).*

No caso das três reclusas cuja iniciativa para terem visitas íntimas partiu do respetivo companheiro, o motivo da sua adesão ao RVI consistiu em agradar a este (*“Por causa dele, porque se não, não tinha...estive dois anos sem visita íntima. Só quando ele pediu é que eu meti. (...) ele pediu-me a visita íntima... vê que eu meti a visita, não é... por ele (...) foi uma prova de amor que lhe dei”, R12*). No caso da entrevistada R13, para além da motivação supracitada, esta acrescentou que a sua entrada para o RVI foi uma forma de manter a estabilidade da relação e garantir o apoio aos filhos, tal como explica: *“Eu só aceitei mesmo por causa dele (...) Ele teve uma conversa comigo e eu tive que optar. Ou eu ficava com a visita íntima ou ele tinha que arranjar alguém lá fora (...). E eu então optei por ter a visita íntima. Mais também por causa dos meus filhos, porque senão os meus filhos iam ficar sozinhos lá fora”*.

Quando questionamos estas três entrevistadas sobre o motivo pelo qual não queriam aderir ao RVI caso o companheiro não tivesse insistido, estas fazem referência a um aspeto relacionado com o funcionamento deste regime e que lhes desagradava, isto é, a revista por desnudamento de que são alvo à entrada e à saída do quarto de visita, tal como nos explica a entrevistada R13: *“Eu só aceitei mesmo por causa dele, porque por mim eu não tinha. Ser revistada a ir para a visita íntima e depois tornar a ser revistada e tudo... é muito complicado. Porque uma pessoa não se sente à vontade.”*.

Estes sentimentos de vergonha e constrangimento associados à revista antes e depois da visita íntima surgem nas narrativas da maioria das restantes entrevistadas inseridas no RVI quando as questionamos sobre a sua opinião relativamente ao modo de funcionamento deste regime, resultado este que está de acordo com os dados de Granja et al (2014). As reclusas concordam com a obrigatoriedade da revista, mas não com os procedimentos levados a cabo para a sua realização (e.g., *“São sempre as mesmas guardas aqui na ala e lá. (...) Por exemplo aquela guarda que me chamou para eu vir aqui...Já não consigo olhar para a guarda, porque sei que ela já me viu...toda nua prontos (...) Não sei porque é que temos que fazer o strip à ida e à vinda. Se ao menos elas depois saíssem e nos deixassem vestir outra vez a roupa sozinhas...mas ficam ali especadas a olhar. Eu fico tão nervosa que*

*parece que nem sei apertar o soutien!”*, R18). Algumas das mulheres entrevistadas referem, ainda, uma menor concordância relativamente à realização da revista no que respeita à entrada para a visita íntima (*“Ao irmos para dentro até concordo, visto que tivemos contato com a pessoa que veio de fora, mas antes de irmos, nós estamos a sair da ala! O que é que a gente está a levar para a visita íntima para nos obrigarem a tirar a roupa, fazer agachamentos...?”*, R12) e um desconforto mais acentuado durante a revista realizada à saída do quarto de visita, após a relação sexual (*“O até ir para dentro e ser revistada...mas uma pessoa está com o marido, faz o que tem a fazer, que é mesmo assim, depois vai tomar banho, tem de vir para trás e ser revistada outra vez, não sei, não me sinto bem”*, R13).

Um outro aspeto relacionado com o funcionamento do RVI e que é mencionado por algumas entrevistadas é a falta de privacidade deste, quer face às outras reclusas, gerando comentários que são sentidos com desconforto, quer em relação à guarda que fica de vigilância à porta do quarto, o que faz com que algumas mulheres entrevistadas não se sintam totalmente à vontade durante a visita, como explica a entrevistada R9: *“Há pessoas que, claro, começam logo a dizer «Ah, vai para a visita...», claro que uma pessoa sente-se um bocado mal. E uma pessoa nunca está à vontade... saber que estão ali as senhoras guardas...”*. Assim, parece haver uma transposição para o espaço público da prisão a esfera privada da sexualidade conjugal, o que transforma uma experiência de intimidade num acontecimento público (Lima, 2006). Como explica R10, durante a sua visita íntima, ela não deixa de ter presente que a restante população prisional tem conhecimento da sua visita, o que interfere nessa experiência de forma negativa: *“Eu acho que ninguém se sente à vontade ali. (...) É uma cadeia! Vontade uma pessoa tem sempre, mas não estamos cem por cento à vontade, percebe? A gente sabe que uma cadeia inteira sabe que a gente está ali e para quê. Acho que devia de ser uma coisa mais reservada”*.

Segundo o estudo de Granja, Cunha e Machado (2012), o qual está de acordo com o trabalho de Comfort (2007), as relações íntimas em conjugação com o controlo penal patenteiam a reconfiguração da intimidade e das suas dinâmicas afetivas e sexuais. Também nesta investigação, as narrativas de algumas das mulheres entrevistadas parecem sugerir que o controlo penal durante a revista por desnudamento e a falta de privacidade institucional supracitada, cria uma diferença na forma como as mulheres vivenciam as relações amorosas e acaba por interferir nas suas ligações íntimas e na forma como expressam a sua sexualidade num espaço caracterizado pela falta de privacidade, como é o da reclusão. Perante isto, algumas reclusas referiram sentir que estão diferentes na relação sexual com o seu companheiro, como é o caso da entrevistada R11: *“Ser revistadas...ui, senti-me mal da*

*primeira vez. E em relação ao meu marido também senti-me mal, porque há um ano e meio que não estávamos juntos, não é? (...) Ficamos diferentes, já não somos o que eramos pronto (...) por ser ali, daquela maneira, por saber que as guardas estão ali, que as guardas estão a andar para trás e para a frente... não... Sinto-me mal”.*

No decorrer das entrevistas, relativamente ao funcionamento do regime e na sequência dos aspetos que consideram negativos, algumas reclusas consideraram que era possível introduzir alterações com vista a melhorar este regime, nomeadamente no que respeita ao ambiente do quarto onde decorre a visita. As reclusas referem-se à importância da reprodução de som no quarto, fosse por meio de televisão ou de rádio, para que o espaço ficasse mais acolhedor e, simultaneamente, minimizasse o impacto do ruído vindo do exterior (*“Eu gostava que tivesse uma televisão ou um rádio, porque fica assim vazio...É como nós estarmos aqui as duas caladas. Ouve-se gente à volta, ou máquinas a trabalhar e nós ali em silêncio...ao menos que tivesse uma musiquinha, nem que fosse um rádio foleiro”*). Este último aspeto parece também ligar-se com as questões da privacidade, ou da falta dela. Ouvir o ruído que vem dos outros espaços do estabelecimento prisional tanto serve para lhes lembrar que estão presas – e algumas mulheres referem isso mesmo: a incapacidade para se abstraírem do contexto onde se encontram e de como isso interfere na visita íntima - , como pode ser sentido como uma invasão do espaço físico onde decorre a visita íntima, o que, de alguma forma, contribui para transformar um espaço privado num local público. No entanto, a maioria das entrevistadas referiu que a visita íntima lhes proporciona um escape à prisão, o que lhes é facilitado pelas condições físicas do quarto de visita, como referiu a entrevistada R9: *“Estar ali lembra-me quando eu estava na Suíça, que também tinha um estúdio. É tal e qual, tal e qual. Não parece ser uma cadeia, sinceramente ali não parece. Você entra ali e não parece. Dá mesmo para esquecer”*.

Quando questionadas sobre que expectativas têm quando vão ter uma visita íntima, as entrevistadas focam-se nas emoções experienciadas e no seu estado psicológico nos momentos anteriores à mesma, sendo que a maioria refere sentir alegria (e.g., *“Sinto uma alegria!”*, R11), ansiedade e nervosismo. Quanto ao nervosismo, ele tanto é relacionado com a antecipação e aproximação do momento em que vai estar com o companheiro (e.g., *“Fico sempre nervosa, sempre (...) É pela visita em si, porque é uma coisa que me vai fazer bem e eu estou ansiosa para lá chegar”*, R14), como se relaciona com a incerteza associada ao ter ou não a visita íntima, como no caso de R16: *“Eu ainda sinto à mesma aquele frio na barriga... chega a me dar ânsia, sabe? (...) Só tem uma vez por mês e se tu perde, tu vai*

*ficar dois meses sem ver ele... porque tu só vai ter no outro mês*”. Duas das reclusas referem não ter qualquer expectativa quando vão para a visita íntima.

Relativamente às dinâmicas da visita íntima, todas as reclusas entrevistadas referem três elementos presentes durante a visita íntima: a conversa com o companheiro, quer sobre a sua relação e sobre os filhos, quer sobre a forma como cada um passou o último mês; a troca de carinho e o apoio emocional mútuo e, finalmente, a relação sexual. Tal como descreve a entrevistada R4: *“Eu chego à visita, nós conversamos sobre tudo, sobre como é que passamos o mês, se tivermos discutido por algo vamos esclarecer aquilo, falamos sobre a nossa filha, depois falamos sobre como é que estamos, como é que não estamos, damos carinho, damos miminhos e então depois aí a gente também tem relações sexuais”*.

Do tempo que passam com o companheiro na visita íntima, todas as reclusas entrevistadas afirmaram valorizar mais a conversa com o companheiro e o apoio que recebem deste do que a relação sexual (*“Eu se calhar dou mais valor a estar meia hora abraçada a ele e estar a conversar com ele, do que estar a ter relações com ele. (...) Aqui uma coisa mínima, mesmo um simples abraço, um simples olhar, um simples carinho nós damos muito mais valor.”*, R5), o que está de acordo com o sugerido pela literatura relativamente a este tópico (e.g., Einat e Rabinovitz, 2012; Granja et al, 2014).

O fim da visita íntima é descrito pela maioria das mulheres entrevistadas como doloroso e triste (e.g., *“Tristeza. Eu acho que quando chega ao fim fico ainda pior do que quando vou para lá. Depois fica um vazio”*, R14). À semelhança do que aconteceu no estudo de Einat e Rabinovitz (2012), na nossa investigação nota-se nas narrativas da maioria das mulheres entrevistadas um sentimento de ambivalência experienciado no final de cada visita, na medida em que estão felizes por terem convivido com o companheiro, mas, em simultâneo, sentem-se angustiadas devido ao facto de serem novamente separadas deste, como podemos perceber pela narrativa de R16: *“No fim a dúvida é do tipo... Tu chega e é assim um alívio e no fim é outra separação e é doloroso e eu sou chorona e ele também é chorão e aí todo o mundo é «ah, mas porque é que tu tá chorando?» e eu «porque para mim é outra separação, é doloroso também»”*.

A maioria das mulheres entrevistadas defende que o RVI tem uma influência positiva, quer na sua vivência da reclusão, quer na relação com os seus companheiros. Em relação à influência das visitas íntimas sobre a sua vivência da reclusão, a maioria das reclusas entrevistadas afirma que esta é exercida quer sobre o seu estado psicológico, quer sobre o seu comportamento, sendo que a maioria das reclusas afirma que a sua participação no RVI favorece o seu bem-estar psicológico (*“Ajuda à gente ter mais força e a andar mais*

*bem dispostos. Faz a gente andar mais para cima, com mais força*”, R2), facilitando a sua vivência da reclusão (*“Dá-me força para continuar a seguir em frente. Acho que sem isso isto ia ser muito mais complicado.”*, R14). Em termos comportamentais, a maioria das entrevistadas afirma que as visitas íntimas evitam o seu mau comportamento institucional, como nos explica a entrevistada R7: *“Influencia. Porque isto, se não houvesse visita íntima isto havia muita porrada, muita porrada! E ali a visita íntima faz-nos pensar duas vezes, porque a gente sabe que se vai ter um castigo podemos ficar sem a visita íntima”*. Estes resultados estão de acordo com o sugerido pela literatura, na qual consta que a visita íntima não só diminui o isolamento social na prisão, aumentando o bem-estar psicológico da pessoa reclusa (e.g., Tewksbury & DeMichele, 2005), como também, ao permitir a manutenção dos laços com a família, funciona como um instrumento de controle informal, podendo contribuir para desencorajar a má conduta institucional da reclusa (Jiang & Winfree, 2006).

Nota-se nas narrativas que a participação no RVI permite, direta ou indiretamente, uma atenuação das dores de prisão das mulheres entrevistadas, tais como a sua preocupação com o risco de serem abandonadas pela família e cônjuges em consequência da reclusão e a falta de companheirismo e apoio emocional. Como sugere a entrevistada R7: *“A gente consegue levar os dias muito melhor (...) porque é muito triste, eu penso por mim, uma mulher ser abandonada numa cadeia por um homem. (...) Eu não estou a falar em...nas próprias relações. Não. É aquele afeto, porque a gente aqui, prontos, faz-nos falta aquele carinho, aquele afeto... é sempre o nosso marido.”*.

Duas das entrevistadas consideram que a visita íntima não influencia a sua vivência da reclusão, sendo diferentes as justificações que adiantam para tal. Uma das reclusas relaciona essa questão com a falta de qualidade do seu relacionamento conjugal, que estaria em crise mesmo antes da reclusão. A outra reclusa relaciona-o com a falta de qualidade da própria visita decorrente da falta de privacidade associada.

A influência que a maioria das reclusas acredita que as visitas íntimas exercem sobre a sua relação prende-se com três aspetos: permite o apoio mútuo entre o casal (*“Ajuda, ajuda muito. Ajuda imenso. Dá-nos força (...) apoiamo-nos um ao outro, desabafamos um com o outro”*, R1), contribui para a estabilidade da relação, como afirmam as entrevistadas R15: *“Sim, para melhor claro. Não deixamos de ter aquele elo, porque aqui quebram-se muitos laços, se uma pessoa deixar”* e R7: *“Sim, sim, sim. Melhora muito. Eu acho que se não houvesse visita íntima tudo se esquece. (...) Estamos sempre unidos. A gente sabe que todos os meses está juntos (...)”*; e, finalmente, evita a infidelidade do companheiro, como refere R12: *“Sem a visita íntima a relação mudava... mudava (...) Se calhar nem me vinha visitar*

*(...) Porque ele é um rapaz que...pronto...que gosta... não vale a pena estar a dizer... E eu meti a visita íntima para ele não andar com as outras, está a perceber?”.*

Exceccionalmente, a entrevistada R10 é da opinião que as visitas íntimas não têm influência na sua relação com o companheiro, afirmando *“Sinceramente é assim, eu acho que, e o meu marido já tem falado muitas vezes nisso, a gente ali na visita íntima é a mesma coisa que nas visitas normais (...) Não tem nada a ver. Nada mesmo, sinceramente”.*

Finalmente, quando questionadas sobre se alguma vez foram alvo de algum tipo de violência durante a visita íntima ou se já sentiram estar a fazer algo por obrigação no decorrer da mesma, todas as reclusas responderam negativamente (e.g., *“Não. Nisso posso dizer que nunca fui obrigada a fazer sexo...de maneira nenhuma. Se eu disser não, é não. Não é daqueles que «ah eu venho para aqui, são três horas que eu venho perder, temos que...”*”, R12). Contudo, duas das reclusas afirmaram já terem tido relações sexuais com o companheiro, durante a visita íntima, sem vontade (e.g., *“Desde que tive a primeira visita nunca gostei. Já fiz muitas vezes sem vontade. Ele apercebe-se disso, mas há vezes que nem fala disso. (...) Ele diz que estou diferente, que já não sou a mesma, que já não gosto dele...Mas não é nada disso! (...) Não sei o que se passa comigo, mas eu acho que é de estar neste sítio”*, R20).

Em contrapartida, a maioria das reclusas entrevistadas afirma ter conhecimento de outras colegas reclusas que, durante a visita íntima, têm relações sexuais com o companheiro por obrigação e algumas entrevistadas referem, ainda, ser conhecedoras de colegas que vão à visita íntima para fazer a vontade aos companheiros e por receio que, caso recusem a mesma, estes as abandonem (*“Uma rapariguinha foi à visita íntima e disse-me «Tu gostas de ir à visita íntima?» e eu disse «Eu gosto, porquê?» e ela «Porque eu não gosto!» e eu disse-lhe «Então se não gostas, não vás!» e ela «Ah tenho que ir, porque ele senão fica chateado».* Eu acho que essa rapariga quando vai, não vai porque quer, não vai porque gosta. (...) Tem medo que ele a deixe ou...não sei”, R14). A opção destas reclusas pelo RVI pode estar relacionada com uma das dores de prisão já mencionadas, a preocupação das reclusas com o risco de serem abandonadas pela família e cônjuges em consequência da reclusão. Neste caso, a adesão ao RVI teria como motivo a tentativa de evitar um eventual abandono do parceiro em consequência de uma recusa da visita íntima.

## 4.2. Descrição e análise dos dados do grupo de reclusas não inscritas no regime de visitas íntimas

### 4.2.1. Criminalidade Feminina

O principal motivo apontado pelas entrevistadas para terem cometido o crime pelo qual estão presas é económico, estando este associado, principalmente, a dois fatores: às despesas com a casa e com os filhos ou ao consumo de drogas. Três das entrevistadas referem a influência exercida por pares como o principal motivo para a prática do crime (*“Aos trinta anos conheci umas pessoas e elas convidaram-me”*, R38). Duas das entrevistadas não apontam o motivo, porque não consideram ter cometido um crime. Excecionalmente, uma das entrevistadas recusou-se a indicar qual o motivo que a levou a praticar o crime (*“Disso eu não quero falar”*, R39).

Analisando as narrativas das entrevistadas quanto ao crime que cometeram, percebemos a existência de justificações, a partir das condições económicas desfavoráveis e tomando-as como determinantes, isto é, como forças impulsionadoras que negam a sua intencionalidade (*“Estava a passar fome, não conseguia arranjar trabalho, não me deram rendimento mínimo, não me deram casa... Fui obrigada”*, R24). Para a maioria das mulheres entrevistadas, a prática do crime surge como um último recurso face a uma situação de necessidade económica (*“Era a única maneira que tinha de ganhar dinheiro”*, R29) ou é justificada por um descontrolo emocional associado a momentos de extrema desorganização psicológica (*“Se eu pudesse dizer que o cérebro torceu todo, o meu cérebro torceu todo na altura. (...) Na altura, olhe, foi a minha cabeça. Eu não estava muito bem, de certeza”*, R31).

Pelo que foi exposto pode-se ainda concluir, pela presença de tentativas de racionalização do crime cometido, uma neutralização da culpabilidade associada ao comportamento transgressivo, através da “negação da responsabilidade” colocando o locus de controlo externo a si (*“Eu devia estar bêbeda, não sei o que se passou. (...) Naquele momento parecia que eu não estava cá”*, R31) e do “apelo a lealdades superiores” que são mais importantes do que o cumprimento da lei (*“Fazemos isto para dar de comer aos filhos”*, R39). Estas racionalizações também ajudam a que estas mulheres legitimem o crime cometido por o encararem como um último recurso face a uma situação de necessidade económica.

Quando questionámos as mulheres sobre o que pensam relativamente a terem cometido um crime, a maioria das entrevistadas considera que foi um erro, mas nota-se que

tal não se deve ao carácter transgressivo da prática em si, mas sim às consequências negativas que daí advieram, muito particularmente a prisão. Como afirma a entrevistada R29: *“Se fosse hoje não fazia, mas o mal já está feito... não compensa, então eu tenho três filhos, tenho uma irmã que era eu que estava a criá-la e que chama-me mãe. Agora uma pessoa vê-se aqui com quatro crianças lá fora, que estão com o meu pai... é complicado”*.

Relativamente ao que pensam ser a perceção social sobre quem está preso, a maioria das mulheres que entrevistamos considera que mesmo depois de saírem da prisão, serão para sempre vistas como ex-reclusas, o que as ligará para sempre à atividade criminal (*“Somos sempre umas ex-reclusas”*, R30) e terá implicações na sua reinserção laboral (*“Vamos encontrar obstáculos e dificuldades (...) Eu acredito que eu não vou trabalhar como empregada de ninguém”*, R24).

Tal como aconteceu com as reclusas no regime de visitas íntimas e que constituem a primeira parte da nossa amostra, cinco das reclusas entrevistadas deste segundo grupo expressaram grandes dificuldades em responder à questão “O que é para si ser mulher?”, como nos refere explicitamente a entrevistada R34 *“Ai faz-me perguntas tão difíceis... Dê exemplos”*. Mais uma vez, tal poderá dever-se ao facto de as entrevistadas não se conseguirem abstrair do contexto onde estão (*“Eu não sei se você me está a fazer a pergunta em questão ao EP, mas eu estou a responder em relação ao EP”*, R40) e descentrar da sua condição de reclusa (*“Aqui dentro ser mulher é como somos lá fora. Somos dignas”*, R32), o que faz com que, embora tais elementos não estejam presentes na formulação da questão, a associação a estes é automática. Estando as mulheres entrevistadas habituadas a refletir sobre a sua identidade enquanto reclusa, ficam hesitantes quando são levadas a refletir sobre algo mais abrangente, como é o ser mulher.

Apesar de surgir frequentemente nas suas narrativas uma defesa pela igualdade entre homens e mulheres (*“Tem de haver igualdade. Para mim uma mulher é igual ao homem”*, R37), as mulheres entrevistadas continuam a atribuir determinados papéis à mulher, salientando a sua ligação à família e aos filhos (*“Enquanto mulher valorizo o meu filho, a minha mãe, a minha família. (...) A mulher foi criada para dar à luz um filho, acho que isso é o mais importante”*, R31), bem como atribuindo-lhe determinadas características de personalidade (*“As mulheres até são mais sensíveis do que os homens”*, R31).



#### 4.2.2. Adaptação à reclusão

A literatura sugere que a vivência da reclusão requer modificações nos padrões básicos de vida e de funcionamento dos indivíduos (Gonçalves & Gonçalves, 2012), o que torna, por vezes, a adaptação à prisão uma experiência stressante e o seu ajustamento crítico (Islam-Zwart e Vik, 2004). O primeiro resultado que emerge das entrevistas às reclusas sem regime de visitas íntimas no que se refere à adaptação à prisão está em consonância com estas afirmações, na medida em que a maioria das entrevistadas afirma que a sua adaptação à reclusão foi algo psicologicamente perturbador (*“O começo foi difícil, muito difícil. Passava o dia fechada, chorava, entrei em depressão”*, R21). Excecionalmente, duas das entrevistadas referem que a sua adaptação foi positiva (*“Até foi boa, por acaso foi muito boa”*, R22).

Face a esta experiência prisional, o afastamento da família, em particular dos filhos, é a principal dificuldade apontada pelas entrevistadas. Paralelamente, a solidão no período de reclusão é o outro fator que mais angustia as reclusas entrevistadas (*“Dentro de uma cela é uma solidão muito grande”*, R32), sendo esta sentida maioritariamente no período noturno (*“À noite vem sempre lembranças lá de fora e é o que custa mais”*, R22).

Das restantes dores de prisão enunciadas na literatura, as mulheres entrevistadas, quando questionadas sobre qual é a sua maior dificuldade na prisão, fazem referência à privação da liberdade (*“O estar fechada, não ter liberdade...”*, R31) e da autonomia, quer em relação às suas rotinas (*“Chega àquela hora e tenho que ser fechada, ter horas para comer (...) Lá fora se me apetecesse comer à uma ou às duas comia e aqui não. Aqui chega ao meio dia e temos que estar ali para comer”*, R37), quer na resolução dos seus problemas pessoais no exterior (*“Olha a maior dificuldade é estarmos aqui e não podermos fazer nada, não podermos resolver os nossos problemas (...) Agora estou mais em baixo do que quando entrei, porque agora vejo mais dificuldades em resolver os meus problemas lá fora, entende?”*, R24).

Durante o período de reclusão, as entrevistadas adotam estratégias de forma a lidar com estas dificuldades, sendo que a opção por uma atividade laboral é referida pela maioria das reclusas entrevistadas (*“O trabalho. (...) é um escape a isto tudo. A gente a trabalhar parece que esquece”*, R40). Nas narrativas das mulheres entrevistadas surgem também outros fatores como a frequência da escola e a crença numa religião (*“Eu me apeguei muito a Deus, sabe? Me dá força a cada dia”*, R23) como algo que contribui para o seu bem-estar.

O apoio emocional da família é também encarado pelas entrevistadas como algo fundamental para o seu bem-estar psicológico, sendo que algumas reclusas realçam a importância da segurança de que este suporte familiar se irá manter após a sua libertação, como é o caso de R31, quando refere: *“A minha família lá fora tornou-se também um pilar. (...) O facto de saber que tenho quem espere por mim. (...) E saber que tenho a minha família lá fora à minha espera e que gostam de mim e que gostam do meu filho é o mais importante de tudo”*.

Outra das estratégias para lidar com as dores de prisão que surge evidenciada na literatura é a formação de relações entre mulheres reclusas, quer amorosas quer de amizade. Nesta investigação, duas das reclusas afirmaram experienciar ou ter experienciado um envolvimento amoroso com outra reclusa, no entanto tal surge espontaneamente no decurso da entrevista e não aparece referenciado como uma estratégia pensada para lidar com a reclusão. Quanto às relações de amizade, dois aspetos que surgem nas narrativas das entrevistadas como sendo facilitadores da vivência da reclusão são a integração em grupos (*“A adaptação foi difícil, mas depois a gente começa a conhecer as pessoas e a conviver, encontramos o nosso grupinho...Conformamo-nos”*, R37) e o afastamento de reclusas consideradas conflituosas (*“O meu pensamento é este, no meu canto (...) evitar dar confianças a certo e determinado tipo de pessoas. (...) É estar longe delas e procurar pessoas como eu”*, R25)

Finalmente, nesta investigação, a maioria das reclusas entrevistadas refere que a experiência da reclusão lhes provocou modificações pessoais, nomeadamente permitiu-lhes o crescimento pessoal a vários níveis, como está bem ilustrado no extrato da entrevista que se segue: *“Estou outra pessoa totalmente diferente, com outra maneira de encarar a vida. Totalmente a dar valor a outras coisas! Eu assumo que era uma pessoa muito mesquinha. Acho que estou uma pessoa mais madura e é assim, eu acabei o décimo segundo ano aqui dentro e comecei a encarar as coisas de outra maneira”* - (R40).

#### 4.2.3. Visitas Íntimas

Das vinte reclusas entrevistadas do grupo sem Regime de Visitas Íntimas, à data das entrevistas, treze mantinham um relacionamento amoroso e sete afirmaram não estar numa relação.

A maioria das reclusas entrevistadas nunca esteve inscrita no RVI (N=15), sendo que o principal motivo para tal é o não cumprimento dos requisitos necessários para a adesão a

este regime, tais como serem casadas ou manterem uma relação análoga à dos cônjuges e terem no mínimo seis meses de reclusão. Destas entrevistadas, quatro referiram pretender fazer o pedido para ter visitas íntimas quando cumprirem com os requisitos em falta (*“Eu é que ainda não fiz os seis meses de cadeia. Quando eu fizer os seis meses já vou meter o pedido”*, R29). As razões apontadas para tal pretensão é a oportunidade de conviverem de forma mais duradoura e privada com o companheiro, como é o caso da entrevistada R29, quando diz: *“São três horas, uma pessoa está ali sozinha, para conversar com ele, é diferente, basta não ter ninguém ali que esteja sempre a ver, não é? (...) sempre ali a controlar, a ver o que estou a fazer, o que não estou”*.

Das cinco reclusas que anteriormente participaram no RVI, os motivos apresentados para já não pertencerem a este regime foram: o fim do relacionamento com o companheiro (N=3) (*“Cortei as visitas íntimas. Ia para ter no mesmo mês, só que o meu companheiro falou o que não devia no tribunal e eu cortei-lhe as visitas íntimas. Tanto íntimas, como normais.”*, R32), sendo que duas destas, para além disto, envolveram-se numa relação homossexual com outra reclusa; ou devido ao não cumprimento dos requisitos exigidos para a permanência no RVI, nomeadamente o facto de terem usufruído de saídas judiciais, o que lhes retira o direito à visita íntima (*“Já tenho precárias”*, R40).

A maioria das mulheres entrevistadas encara o RVI de forma positiva (*“Eu acho muito bacana isso do EP estar disponibilizando um quarto, que nem vocês dizem aqui, um quarto de casal, para os tais casados, que a esposa está aqui e o marido está em outro lugar. Eu acho muito legal”*, R23), sendo da opinião de que este tem como principais vantagens facilitar o contacto mais próximo das reclusas com os seus respetivos companheiros, o que contribui para a manutenção da estabilidade conjugal, como refere a entrevistada R35: *“Acho muito bem, sou plenamente de acordo. (...) Vejo muitas famílias bem estruturadas também cá dentro que acabam por se destruturar. (...) Acho que manter esses laços, que não deixa tanta coisa acontecer nalguns seios de família.”*. À semelhança do que verificamos no grupo de reclusas com RVI, algumas entrevistadas deste segundo grupo sem RVI referiram, ainda, que a participação das mulheres nas visitas íntimas pode ser uma forma de evitar a infidelidade dos companheiros (*“Eu acho que junta mais o casal, porque se calhar se estiver a mulher presa e o homem lá fora, se calhar o homem vai procurar mulheres. Se tiver a visita íntima todos os meses, se calhar já não vai fazer isso”*, R38).

Em Portugal, o RVI foi pensado com base nos/nas reclusos/as com penas privativas da liberdade de longa duração e a sua implementação seria uma forma de evitar o desgaste das suas relações amorosas. Este desgaste nas relações provocado pelo distanciamento que

a pena de prisão exige é, também, referido por algumas reclusas, como é o caso da entrevistada R31, que referiu que as visitas íntimas teriam contribuído para atenuar este impacto negativo da reclusão sobre o relacionamento com o seu companheiro, tal como a mesma explica: *“Eu vejo por mim, três anos a passar (...) não sei se vou conseguir recomçar essa parte afetiva que anda muito em baixo ou quase inexistente, não é? (...) A reclusão afetou, afetou. (...) Afetivamente não sei o que sinto pelo pai do meu filho. (...) Tinha-me ajudado de facto se eu tivesse as visitas íntimas.”*

A maioria das reclusas entrevistadas acredita que as visitas íntimas têm uma influência positiva na vivência da reclusão das mulheres inscritas neste regime, quer sobre o seu estado psicológico, quer sobre o seu comportamento. Em termos emocionais, a maioria das entrevistadas acredita que a visita íntima contribui para o bem-estar psicológico das mulheres (*“É um antisstress. Acho que sim, as pessoas ficam mais felizes”*, R28), ajudando-as a ultrapassar os dias de reclusão (*“Acho que levam isto melhor. Ajuda a superar a estadia aqui. Eu penso que favorece”*, R27). Em termos comportamentais, mais de metade das entrevistadas referiu que a participação no RVI evita o mau comportamento, como explica a entrevistada R35: *“Há situações, até nos conflitos, e muitas se retraem, porque se forem castigadas perdem o direito à visita íntima (...) Estamos no trabalho e às tantas há confusão e uma sai disparada, para não se pegar com a outra e isso sai mesmo da boca das pessoas”*.

Analisando as narrativas podemos afirmar que das vinte reclusas entrevistadas, apenas quatro não pretendem efetivamente usufruir do RVI (*“Não e nem pretendo. Acho que eu não estou preparada para me encaixar numa visita íntima de uma cadeia, sabe?”,* R24), independentemente de cumprirem ou não os requisitos exigidos para a sua adesão (*“Não posso ter visita, porque sou estrangeira (...) não tenho ninguém aqui. Mas eu não queria. (...) eu via na cadeia dos homens quando ia visitar o meu pai...eu acho isso uma falta de respeito, porque nessas partes íntimas eu sou muito fechada (...) para mim não serviria”*, R21).

As entrevistadas que não pretendem usufruir do RVI não veem pontos positivos neste regime, na medida em que defendem que com a visita íntima a interação sexual se torna um assunto de interesse público dentro da esfera penal, o que é sugerido no estudo de Lima (2006). Assim, as visitas íntimas provocam uma transposição da intimidade privada para o domínio público, o que, na opinião das reclusas, retira o verdadeiro significado de intimidade à visita íntima. Como nos sugeriu a entrevistada R21: *“Eu não vejo vantagem nenhuma. A gente se expõe, se expõe, se expõe! (...) Não existe isso de reserva. (...) É tudo relacionado, é toda a cadeia saber, é todas as reclusas saber, é as guardas saber o que você vai fazer,*

*você sai de lá, vem para cá, aí traz os lençóis atrás de você e aí as reclusas «Ah essa já foi». (...) Vira piada na cadeia!».*

Outros dos motivos apontados por algumas entrevistadas para não quererem participar no RVI é o procedimento de vigilância, através da revista por desnudamento (*“Não é o caso de revistar em si, porque eu também vou para as visitas normais e nunca trago nada para dentro. Agora é vou para dentro, tiro tudo, venho volto a tirar... Ui não dá para mim.”*, R25), ao qual associam o constrangimento (*“Eu ouço-as dizer que se sentem extremamente constrangidas e eu acho que também me ia sentir”*) e a humilhação (*“Acho que uma pessoa passa por uma humilhação grande, pelo que eu ouço as colegas falar, passam. São revistadas a entrar, são revistadas a sair, fazem strip e tudo e é...acho que é uma humilhação”*, R26).

Este colapso entre as fronteiras do público e do privado, marcado pela ausência de privacidade na esfera da intimidade, alarga-se até às restantes colegas reclusas quando estas comentam a sua ida à visita íntima. As reclusas referem que, sempre que alguém vai a uma visita íntima, é alvo de comentários jocosos por parte das restantes reclusas. Estes comentários, que são vistos como desagradáveis e desadequados, tornam-se numa crítica apontada por algumas mulheres, como é o caso da entrevistada R24: *“Ah é sair da ala igual a todas as meninas saem, arrumada, com a mala na mão e todo o mundo «Ah ela vai levar no pito»... Ui desculpa. (...) E depois quando volta «Ah vem com o andar torto, ah está vendo ela aí». Ah são comentários muito pobres, são coisas muito absurdas. (...) A vida particular da pessoa é a vida particular da pessoa”*.

De referir o caso da entrevistada R25 que prescindiu da visita íntima devido a algumas das imposições do estabelecimento prisional, nomeadamente a existência de um dia e um local pré-estabelecidos e de tempo limite para a ocorrência da visita íntima. Como explica essa mesma participante: *“É o facto de ir para ali com o tempo contado ... Ter o tempo limite de estar ali, a guarda cá fora à espera... (...) Depois lá fora, vou de precária... Sem limites, não quero limites. Isso para mim não dá.”*. Mais uma vez, nota-se nesta narrativa um evidenciar da regulamentação da relação íntima, isto é, o meio correcional transforma-se num instrumento regulador que se torna parte integrante do funcionamento das relações, tal como referiu Comfort (2007), tanto através da vigilância da guarda à porta do quarto de visita íntima, como através das regras impostas para a ocorrência desta visita.

Apesar deste controle institucional sobre o funcionamento da visita íntima, nesta investigação, as mulheres, embora privadas da liberdade, continuam a exercer domínio sobre si, o seu corpo e a sua relação íntima, na medida em que possuem o poder da decisão de

adesão ou não ao regime. Um exemplo bastante ilustrativo é o caso da entrevistada R24, a qual, à semelhança de outra reclusa, mesmo sobre a insistência do respectivo companheiro, recusou a visita íntima: *“Eu quando falei com o meu namorado que não queria visita, se ele não respeitasse a minha opinião, eu não ia fazer porque ele quer. (...) Porque ele está lá fora, se não está bem assim, se não dá para manter o relacionamento, que procure por outro tipo de relacionamento e a gente vai superar isso também.”*.

Finalmente, a maioria das reclusas entrevistadas acredita que não existe violência durante a visita íntima, nem relações sexuais contra a vontade da mulher, como refere a entrevistada R39: *“Acho que quando alguém vai para a visita íntima é de livre vontade, ninguém obriga ninguém a ir para a visita íntima. Acho que a mulher só faz aquilo que quer e que lhe apeteça a ela”*.

## **5. Análise integrativa e comparativa das narrativas das reclusas inscritas e não inscritas no Regime de Visitas Íntimas**

Neste capítulo iremos extrair as principais conclusões do nosso estudo e proceder a uma análise integradora, comparativa e crítica dos dados extraídos de ambos os grupos de participantes, com e sem RVI.

No que respeita ao primeiro tema desta investigação – a Criminalidade Feminina, as respostas das reclusas entrevistadas, quer estejam ou não no RVI, têm características semelhantes. Assim, o envolvimento na comercialização de estupefacientes marca os percursos de vida da maioria das mulheres que participaram na nossa investigação, o que está em consonância com os resultados da revisão de literatura no que respeita à criminalidade feminina em Portugal (Leal, 2007).

Relativamente aos motivos que levaram as nossas entrevistadas à prática do crime, a insuficiência económica é uma influência comum da transgressão da maioria das mulheres entrevistadas de ambos os grupos, as quais veem nas atividades ilícitas o meio para obter recursos financeiros, o que está de acordo com o sugerido por Moreira (2011). Por considerarem que foram as condições económicas desfavoráveis que as impulsionaram para o crime, em ambos os grupos, as mulheres entrevistadas negam a sua intencionalidade e responsabilidade pelo crime cometido, surgindo, ao longo das entrevistas da maioria das reclusas, uma racionalização dos seus comportamentos transgressivos.

Quanto à expressão dos significados do que é ser mulher, os dois grupos fazem referência aos papéis de género e remem o papel da figura feminina na família, sendo que a maternidade é o aspeto referido pelas entrevistadas como o mais valorizado enquanto mulher.

No que respeita à adaptação à reclusão, a maioria das mulheres, quer tenham ou não visitas íntimas, referiram ter passado por um período psicologicamente conturbado numa fase inicial da sua pena de prisão. Tal é justificado com uma série de dificuldades, que na literatura surgem descritas como dores de prisão, sendo o afastamento da família e dos filhos o principal fator de angústia de todas as reclusas. Para lidar com estes constrangimentos, cada uma das reclusas afirma ter tentado encontrar a melhor forma de ocupar o tempo, sendo que a opção por uma ocupação laboral intramuros surge nas narrativas da maioria das entrevistadas dos dois grupos.

Quanto aos dados relativamente ao seu posicionamento no que respeita ao RVI, a nossa investigação constatou tanto atitudes positivas como negativas em relação à visita íntima, quer por parte das mulheres inscritas neste regime, quer daquelas que decidiram não aderir ao mesmo, sendo que os aspetos positivos e os negativos são coincidentes entre os grupos. Ambos os grupos, com e sem RVI, salientam como principais aspetos positivos o facto de a visita íntima, ao permitir o contato da reclusa com o companheiro num ambiente de maior intimidade, evita a infidelidade deste e contribui para a manutenção da estabilidade familiar. Como principais aspetos negativos, as reclusas de ambos os grupos fazem referência a aspetos relacionados com o modo de funcionamento do RVI, nomeadamente ao desconforto e à humilhação sentidos durante a revista por desnudamento, bem como o facto de a ida à visita íntima dar azo a comentários jocosos das restantes reclusas, que são sentidos com desconforto e como perda da sua intimidade.

O facto de as respostas serem muito semelhantes entre os grupos, mostra, antes de mais, que usufruir ou não do RVI não tem influência nas atitudes em relação às visitas íntimas. Tal significa, também, que a visita íntima é bem conhecida por todas, independentemente de usufruírem desta ou não. A diferença, tal como já referimos, é que, para algumas das mulheres não inscritas no RVI, os aspetos negativos são motivo para que não pretendam aderir ao regime, ao invés do que ocorreu no outro grupo de entrevistadas, para as quais as críticas que apontam não são impeditivas da sua adesão a este regime.

Em ambos os grupos, as entrevistadas focam-se em dois aspetos: no carácter relacional das visitas íntimas ou no seu carácter institucional. Comparando os discursos das reclusas de ambos os grupos, podemos sugerir que, por um lado a maioria das mulheres que aderiram ao RVI, ou que pretendiam fazê-lo, salienta as vantagens que a visita íntima traz para a relação com o seu companheiro. Por outro lado, as entrevistadas que criticam o RVI focam-se na ocorrência da visita íntima no espaço institucional e no que isso implica em termos de partilha da intimidade, o que as faz desvalorizar este tipo de visita ou mesmo recusar usufruir dela.

Ou seja, as atitudes das entrevistadas perante a visita íntima, independentemente de usufruírem desta ou não, estão relacionadas com os significados que estas atribuem à mesma. Por um lado, por trás de uma atitude de crítica ao RVI, quer por parte de quem passa pela experiência da visita íntima, quer daquelas que fomentam os seus argumentos colocando-se no papel das mulheres que o fazem, está a atribuição de um significado de perda de intimidade com a ida à visita íntima, provocada pela transposição dessa intimidade da esfera privada para o domínio público, quer na revista por desnudamento, quer com os comentários



jocosos das outras reclusas. Por outro lado, as entrevistadas que têm uma atitude positiva em relação à visita íntima, quer usufruam ou não desta, atribuem-lhe um significado assente principalmente na vantagem deste tipo de visita ao facilitar a manutenção do elo de conjugalidade, por permitir uma convivência mais duradoura e num contexto mais isolado com os companheiros, o que, por sua vez, evita a infidelidade dos mesmos, na opinião das próprias.

Ao compararmos as razões das entrevistadas para a sua valorização da visita íntima, percebemos que, em ambos os grupos, as mulheres colocam a sua gratificação sexual em segundo plano, quer quando a motivação para a adesão ao regime é a tentativa de evitarem a infidelidade dos companheiros, quer quando referiram valorizar o apoio emocional que recebem do companheiro durante a visita íntima em detrimento da relação sexual, que pode ou não acontecer.

A opção pelo RVI e as justificações apresentadas para tal sugerem que, embora privadas da liberdade, as mulheres assumem uma posição de poder nas relações com os seus parceiros. Assim, no grupo sem RVI estão mulheres que não aceitam a visita íntima por não a desejarem, mesmo que haja insistência para tal por parte dos seus companheiros, e no grupo com RVI todas as mulheres o fazem pelas vantagens que este regime traz para si, independentemente da insistência dos companheiros.

No que respeita à nossa questão de investigação, podemos afirmar que a maioria das mulheres entrevistadas está de acordo quanto à influência exercida pelas visitas íntimas na sua vivência da reclusão. Quer falando por experiência própria, quer através da observação das outras reclusas, grande parte das entrevistadas afirmou que a visita íntima exerce uma influência positiva na forma como a experiência da reclusão é vivida pelas mulheres com RVI. Segundo as reclusas, esta influência é exercida, quer sobre o bem-estar psicológico das mulheres que vão à visita íntima, através do apoio que recebem dos seus companheiros, quer sobre o seu comportamento, na medida em que estas mulheres evitam condutas negativas que possam ter como castigo a perda da visita íntima.

No nosso entender, esta relação entre o comportamento institucional e a possibilidade de autorização ou não das visitas íntimas acaba por ser mais um instrumento de gestão penitenciária que o estabelecimento prisional tem ao seu dispor para manter a ordem. Talvez o objetivo último das visitas íntimas seja criar nas reclusas uma motivação adicional e extrínseca para o seu bom comportamento. Isto é, o que leva as reclusas a autorregular o seu comportamento não é apenas a vontade intrínseca de terem bom comportamento, mas também a vontade de concretizarem a visita íntima, pelos contributos positivos que esta tem

sobre o seu bem-estar emocional. Assim, a visita íntima acaba por ser mais um mecanismo disciplinar para assegurar a boa conduta institucional.

É evidente nas entrevistas que a experiência da reclusão implica, de forma mais ou menos acentuada, a quebra nas relações sociais das reclusas de ambos os grupos, o que, face à sua clara valorização da esfera afetiva, é algo vivido com grande angústia por todas as entrevistadas. Perante esta constatação, podemos sugerir que a influência que a visita íntima tem na vivência da reclusão das mulheres entrevistadas, prende-se com o facto de, com este regime, ser proporcionado um espaço de maior privacidade, possibilitando à reclusa uma experiência de intimidade com o companheiro. Esta experiência de intimidade, ao ser percecionada por todas as reclusas como uma forma de manutenção do elo de conjugalidade, evita a dor de prisão associada à perda de laços afetivos com quem lhes é mais próximo o que, consequentemente, lhes proporciona um maior bem-estar no decurso da pena de prisão. Logo, para não perderem esta vantagem, as reclusas evitam o mau comportamento.

Por último, podemos também constatar que para as entrevistadas que recusam que a visita íntima possa ter qualquer influência na vivência da reclusão, tal se relaciona com a apreciação negativa que fazem desta visita, por não a valorizarem e como tal não verem ganhos ou perdas associados à pertença a este regime.

## 6. Conclusões

Neste capítulo pretendemos refletir sobre os resultados mais relevantes do nosso estudo, extraindo algumas conclusões, bem como pretendemos refletir sobre as potencialidades, limitações e aspetos a melhorar da nossa investigação, referindo sugestões para futuros estudos.

Decorridas a descrição e análise dos dados de ambos os grupos e realizadas as devidas comparações entre estes, podemos afirmar que as atitudes, perceções e significados que as reclusas têm sobre o RVI, quer usufruam deste ou não, são concordantes entre si e quanto a um entendimento da visita íntima como uma experiência que facilita a vivência da reclusão das mulheres que usufruem desse regime. Esta influência é entendida pela maioria das mulheres como sendo exercida quer sobre o bem-estar geral da reclusa que usufrui de visitas íntimas, quer em termos comportamentais, uma vez que a reclusa evita o mau comportamento para não perder o direito à visita íntima.

Em contraste com um dia-a-dia rodeado pelas mesmas centenas de pessoas, dentro da mesma instituição, com rotinas pré-determinadas e comportamentos altamente monitorizados, as três horas mensais de visita íntima são valorizadas pela grande maioria das entrevistadas dos dois grupos. Em ambos os grupos, o apoio emocional proporcionado pelos companheiros às mulheres com RVI é sentido por estas e percecionado pelas reclusas sem RVI como tendo mais valor do que a relação sexual que pode ocorrer durante a visita íntima. Além disto, é feita referência, pela maioria das mulheres de ambos os grupos, a contribuição das visitas íntimas para evitar a infidelidade dos companheiros. Assim, percebe-se que a maioria das mulheres entrevistadas coloca a gratificação sexual em segundo plano. Refletindo sobre as narrativas relativas a esta questão, pensamos que tal pode dever-se a dois aspetos. Primeiro, às características do contexto, as quais levam as mulheres, por não se sentirem completamente à vontade, a desvalorizar o ato sexual. Segundo, o impacto da própria experiência da reclusão, na medida em que a falta de afeto e companheirismo é uma das grandes dificuldades sentidas pela maioria das entrevistadas, o que as leva a uma reconfiguração das suas prioridades, prevalecendo a dimensão afetiva sobre a dimensão sexual (*“Desde que eu entrei para a cadeia não é uma coisa que eu dou tanto valor. (...) Lá fora se calhar damos mais valor ao sexo, mas aqui dentro uma coisa mínima, mesmo um simples abraço nós damos muito mais valor”*, R5).

No que respeita às vantagens das visitas íntimas, em ambos os grupos, a maioria das entrevistadas defende que estas promovem a proximidade com os companheiros, num ambiente onde a falta de vigilância direta e a aproximação das condições logísticas do quarto de visita a um qualquer quarto no exterior, facilitam uma experiência de privacidade e liberdades temporárias. Contudo, ao guiar-se por mecanismos de vigilância e punição, o sistema prisional expande o seu controlo penal até à esfera da sexualidade, o que é sentido pelas mulheres como uma exposição e partilha da sua intimidade na situação de visita íntima.

Num contexto onde o espaço já é partilhado, as rotinas já estão traçadas e os passos já são controlados, a perceção das reclusas de ambos os grupos de uma transposição para o domínio público do que elas entendem como pertencendo unicamente à sua esfera privada, isto é a sua intimidade, é compreensível que possa ser encarado como a maior das intromissões. As mulheres entrevistadas defendem, de forma unânime, que as visitas íntimas nunca são totalmente íntimas, na medida em que existe sempre alguma publicidade associada a esse regime. Só o facto de se saber que certa mulher, num determinado dia e hora, terá a sua visita íntima, torna esse ato menos íntimo. Num regime fechado, em que tudo é vigiado, este é mais um comportamento sob controlo, o que não agrada às mulheres reclusas, estejam ou não no RVI. De acordo com as mulheres entrevistadas, é imperativo conservar íntimo o que pertence à intimidade, o que nem sempre é respeitado nas visitas íntimas (*“Acho que ninguém tinha que saber que ela foi para a visita íntima ou que vai para a visita íntima. Isso é a vida particular, é a intimidade dela! (...) Eu acho que é uma coisa que tinha que ser mais íntima, sabe? Eu acho que uma coisa íntima não tem que estar divulgando para todo o mundo.”*, R24).

No que respeita aos pontos positivos da nossa investigação, consideramos que a técnica de recolha de dados a que recorremos se revelou a mais adequada aos objetivos de investigação. Além disto, pensamos ter assegurado a validade dos dados, ao utilizar uma abordagem indutiva e ao usar excertos das entrevistas na descrição e análise dos dados, sendo fiéis aos pontos de vista das participantes do nosso estudo, tal como eles são descritos e construídos discursivamente pelas próprias. Ao longo do estudo, demos voz às suas protagonistas, acedemos às suas atitudes, perceções e significados e concretizamos os objetivos propostos, tendo sido alcançada a saturação empírica.

Esperamos que os resultados deste estudo possam vir a ajudar os agentes penitenciários a entender melhor o significado deste tipo de visitas para as reclusas e, assim, contribuam para aperfeiçoar este tipo de regime, de forma a melhor servir os objetivos do mesmo. Além disto, ao demonstrar que, do ponto de vista da maioria das reclusas, o RVI é

uma contribuição para o equilíbrio psicoafectivo e comportamental de quem dele usufrui, durante o cumprimento da sua pena de privação da liberdade, a nossa investigação sugere que melhorar este regime pode ajudar a melhorar a vida de toda a comunidade prisional.

Embora entendamos que colaboramos para alargar o conhecimento e a compreensão existente sobre a realidade das mulheres na prisão, particularmente sobre a dinâmica das visitas íntimas, destacamos algumas limitações ao nosso estudo. O uso do gravador, embora tenha sido essencial para a conservação das respostas tal como elas foram construídas discursivamente pelas entrevistadas, e apesar de ter sido consentido por elas, pode ter inibido algumas respostas, pois notamos algum constrangimento associado ao uso deste aparelho. Além disto, apesar das reclusas terem sido esclarecidas, antes do início das entrevistas, que o estudo não tinha qualquer ligação ou influência nas questões judiciais e de cumprimento de pena, admitimos a possibilidade de ter havido a inibição de algumas reflexões por parte das entrevistadas com base numa suposição de que a entrevista poderia de alguma forma ter repercussões no seu cumprimento de pena.

Para futuras investigações sobre o mesmo tema, consideramos que seria uma mais valia alargar o objeto de estudo a outro tipo de participantes, nomeadamente aos reclusos do sexo masculino, de forma a conhecermos as semelhanças e diferenças no modo como homens e mulheres privados da liberdade encaram a visita íntima. Por exemplo, embora no nosso país tal ainda não esteja investigado, os resultados da investigação internacional sobre as visitas íntimas de reclusos do sexo masculino indicam que, contrariamente ao que obtivemos com as nossas participantes, estes percebem o componente sexual como o elemento mais importante das visitas íntimas, superando de longe a importância do diálogo e do apoio emocional (Hensley et al, 2000).

Ao refletir sobre as narrativas das entrevistadas, torna-se evidente que, num espaço caracterizado pela falta de privacidade, como o é o da reclusão, a vivência da intimidade e o exercício da sexualidade são questões complexas. Assim, tendo surgido nas entrevistas a referência à presença cada vez mais numerosa de relações homossexuais intramuros, entendemos que, no futuro, este também poderia ser um objeto de estudo relevante, com o objetivo de compreender as atitudes, percepções e significados que estas relações têm para as suas protagonistas e a influência na sua vivência da reclusão, bem como de que forma são encaradas pelos restantes atores penitenciários, nomeadamente reclusas e/ou profissionais de vigilância.

## 7. Referências Bibliográficas

- Bales, W. D., & Mears, D. P. (2008). Inmate social ties and the transition to society: Does visitation reduce recidivism?. *Journal Of Research In Crime And Delinquency*, 45(3), 287-321. doi:10.1177/0022427808317574.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto e A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Casey-Acevedo, K., & Bakken, T. (2002). Visiting women in prison: Who visits and who cares. *Journal Of Offender Rehabilitation*, 34(3), 67-83. doi:10.1300/J076v34n03\_05.
- Chen, Y., Lai, Y., & Lin, C. (2014). The impact of prison adjustment among women offenders: A Taiwanese perspective. *The Prison Journal*, 94(1), 7-29. doi:10.1177/0032885513512083.
- Cochran, J. C. (2012). The ties that bind or the ties that break: Examining the relationship between visitation and prisoner misconduct. *Journal Of Criminal Justice*, 40(5), 433-440. doi:10.1016/j.jcrimjus.2012.06.001.
- Comfort, M. (2007). “Partilhamos tudo o que podemos”: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Análise Social*, XLII (Separata 185), 1055-1079.
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed approaches* (2ªed.). Thousand Oaks : Sage Publications.
- Cunha, M. I. (2008). “Prisão e Sociedade: Modalidades de uma Conexão” in M. I. Cunha (org.) *Aquém e Além da Prisão: Cruzamentos e Perspectivas* (pp. 7-29). Lisboa: 90 Graus Editora.

- D'Alessio, S. J., Flexon, J., & Stolzenberg, L. (2013). The effect of conjugal visitation on sexual violence in prison. *American Journal Of Criminal Justice*, 38(1), 13-26. doi:10.1007/s12103-012-9155-5.
- Decreto-Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro (Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade). *Diário da República – 1.ª Série – Nº197 – 12 de Outubro de 2009*. Ministério da Justiça: Lisboa.
- Direção Geral dos Serviços Prisionais (2008). Estatísticas do ano 2008. Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) Web site. Acedido abril 9, 2014, em [http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/20090403030417RecExist\\_Sex-Id\\_Nac.pdf](http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/20090403030417RecExist_Sex-Id_Nac.pdf).
- Direção Geral dos Serviços Prisionais (2014). Estatísticas do ano 2014. Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) Web site. Acedido junho 07, 2015, em [http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2015032304030705EST-PRIS2014\\_idad-sex-nacnl.pdf](http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2015032304030705EST-PRIS2014_idad-sex-nacnl.pdf).
- Einat, T., & Rabinovitz, S. (2012). A warm touch in a cold cell: Inmates' views on conjugal visits in a maximum-security women's prison in Israel. *International Journal Of Offender Therapy And Comparative Criminology*, 57(12), 1522-1545. doi:10.1177/0306624X12461475.
- Frinhani, F.M. & Souza, L. (2005). Mulheres encarceradas e espaço prisional: Uma análise das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 61-79.
- Gonçalves, L., & Gonçalves, R. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP*, 23(3), 559-584. doi:http://dx.doi.org/10.1590/psicousp.v23i3.53519.
- Granja, R., Cunha, M. I., & Machado, H. (2012, junho). *Intimidades em (des)conexão com a prisão: as relações amorosas de mulheres antes e durante a reclusão*. Comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, Porto, Portugal.

- Granja, R., Cunha, M. I., & Machado, H. (2014). Sexuality, gender and confined bodies: Female prisoners experiences of conjugal visits in a Portuguese prison. In S. Aboim e P. Vasconcelos (ed.) *Gender, sexuality and the body: Critical perspectives (collection of papers)* (pp.70 – 80). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Hensley, C., Rutland, S., & Gray-Ray, P. (2000). Inmate attitudes toward the conjugal visitation program in Mississippi prisons: An exploratory study. *American Journal Of Criminal Justice*, 25(1), 137-145. doi:10.1007/BF02886816.
- Islam-Zwart, K. A., & Vik, P. W. (2004). Female adjustment to incarceration as influenced by sexual assault history. *Criminal Justice And Behavior*, 31(5), 521-541. doi:10.1177/0093854804267091.
- Jiang, S., & Winfree, L. r. (2006). Social Support, Gender, and Inmate Adjustment to Prison Life: Insights From a National Sample. *The Prison Journal*, 86(1), 32-55. doi:10.1177/0032885505283876 .
- Leal, J. M. (2007). *Crime no Feminino: Trajectórias Delinquenciais de Mulheres*. Coimbra: Almedina.
- Lima, M. D. (2006). *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.
- Listwan, S., Colvin, M., Hanley, D., & Flannery, D. (2010). Victimization, social support, and psychological well-being: A study of recently released prisoners. *Criminal Justice And Behavior*, 37(10), 1140-1159. doi:10.1177/0093854810376338.
- Loper, A. (2002). Adjustment to prison of women convicted of possession, trafficking, and nondrug offenses. *Journal Of Drug Issues*, 32(4), 1033-1050.



- Manita, C. (1997). Personalidade criminal e perigosidade: da «perigosidade» do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma «personalidade criminal». *Separata da Revista do Ministério Público*, 69, 55-80.
- Matos, R. & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. A prisão, o asilo e a rua. *Análise Social*, XLII (Separata 185), 1041-1054.
- Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Mears, D. P., Cochran, J. C., Siennick, S. E., & Bales, W. D. (2012) Prison Visitation and Recidivism, *Justice Quarterly*, 29:6, 888-918, doi: 10.1080/07418825.2011.583932.
- Moreira, T. M. T. (2011). *Lei e prisão: discursos de mulheres estrangeiras sobre o sistema jurídico-penal português*. Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Portugal.
- Pogrebin, M. R., & Dodge, M. (2001). Women's accounts of their prison experiences: A retrospective view of their subjective realities. *Journal Of Criminal Justice*, 29(6), 531-542. doi:10.1016/S0047-2352(01)00115-5.
- Ramirez, M. & González, M. (2007). Una voz en silencio: Condición social de las mujeres en prisión. In J. L. Cisneros & H. A. Luna (Eds.), *Nuevas y Viejas formas de la penalidad en América Latina* (85-113) Buenos Aires: Elaleph.com.
- Severance, T.A. (2005). “You Know You Can Go To”: Cooperation and Exchange Between Incarcerated Women. *The Prison Journal*, 85(3), 343-367. doi:10.1177/0032885505279522.

- Steiner, B., & Wooldredge, J. (2009). Individual and environmental effects on assaults and nonviolent rule breaking by women in prison. *Journal Of Research In Crime And Delinquency*, 46(4), 437-467. doi:10.1177/0022427809341936.
- Tewksbury, R., & DeMichele, M. (2005). Going to Prison: A Prison Visitation Program. *The Prison Journal*, 85(3), 292-310. doi:10.1177/0032885505279525.
- Visher, C. A., & O'Connell, D. J. (2012). Incarceration and inmates' self perceptions about returning home. *Journal Of Criminal Justice*, 40(5), 386-393. doi:10.1016/j.jcrimjus.2012.06.007.

## ANEXOS

## **Anexo 1: Guião das entrevistas realizadas às reclusas inscritas no RVI**

Chamo-me Rita Pinto, sou aluna da Universidade do Porto, estou agora no último ano do mestrado em Psicologia e estou a realizar um estudo sobre as visitas íntimas. Para tentar compreender melhor este tema, eu decidi que o melhor seria entrevistar as próprias mulheres reclusas para ouvir o seu testemunho.

Esta entrevista é anónima e tudo o que me disser será usado apenas neste estudo e não tem qualquer influência nas suas questões judiciais e de cumprimento da pena. Gostaria que me respondesse com sinceridade, pois eu estou aqui para a ouvir e não para a julgar. Se em algum momento se sentir desconfortável, não quiser responder ou quiser terminar a entrevista sinta-se à vontade para me dizer, assim como se eu não for clara naquilo que estou a dizer ou a perguntar. Tem alguma dúvida? Podemos começar?

Eu, durante esta entrevista, vou fazer-lhe questões sobre três temas: a criminalidade feminina, a sua adaptação à reclusão e, por último, sobre a sua participação no regime de visitas íntimas. Começemos então pelo tema da criminalidade feminina.

### **1º Tema: Criminalidade feminina**

1. Qual foi para si o principal motivo que a levou a cometer o crime pelo qual está condenada?
2. Como é que acha que a sociedade vê a mulher que comete crimes?
3. Qual é sua opinião sobre a mulher que comete crimes?
4. O que é para si “ser mulher”?

## **2º Tema: Adaptação à reclusão**

5. Como é que foi a sua adaptação à reclusão?

- Pensamentos, sentimentos, expectativas
- Maior dificuldade

6. O que pensa que mais a ajudou a adaptar-se à vida na prisão?

7. A experiência da reclusão provocou alguma modificação em si? Se sim, qual ou quais?

8. De que forma encara agora a sua reclusão?

9. Quais são as suas maiores dificuldades na prisão?

10. Do que sente mais falta durante este tempo em que está reclusa? Como faz para ultrapassar isso?

11. Quais são os aspetos que mais influenciam a sua vivência da reclusão?

- O que é que mais contribui para o seu bem-estar na prisão
- Suporte social percebido (apoio que sente por parte dos seus familiares e amigos)
- Relação com as restantes reclusas
- Experiências e atividades na prisão

### **3º Tema: Visitas Íntimas**

#### **Grupo 1 - Relação**

- 12. Há quanto tempo dura a relação com o seu companheiro?
- 13. A relação com o seu companheiro começou antes ou depois da sua entrada no EP?

#### **Grupo 2: a entrada no regime**

- 14. Há quanto tempo está no regime de visitas íntimas?
- 15. Porque é que decidiu ter visitas íntimas?
- 16. De quem partiu a iniciativa?
- 17. Já alguma vez pediu para interromper o regime de visitas íntimas? Se sim, porquê? Se sim, pediu nova admissão ao programa porquê?
- 18. O que pensa dos requisitos para ter acesso ao regime de visitas íntimas? E o que pensa das normas de funcionamento do regime?

#### **Grupo 3: o antes e o depois da visita**

- 19. Quais são as suas expetativas quando vai para a visita íntima?
- 20. O que faz durante a visita íntima?
- 21. Como se sente no fim da visita íntima?
- 22. Como é que vive os dias antes do dia da visita?
- 23. Como é que vive os dias depois do dia da visita?

**Grupo 4: Significados, vantagens e desvantagens**

- 24. O que é para si a visita íntima? (isto é, qual o seu significado)
- 25. O que mais valoriza na visita íntima?
- 26. Quais são para si as vantagens da visita íntima?
- 27. Para si existem desvantagens da visita íntima? Se sim, quais?
- 28. Se pudesse, mudava alguma coisa no regime de visitas íntimas? Se sim, o quê?

**Grupo 5: Influências**

- 29. De que forma a visita íntima influencia a sua vivência da reclusão?
- 30. A visita íntima influencia a relação que tem com o seu companheiro? Se sim, de que forma?

**Grupo 6: Violência**

- 32. Já alguma vez sofreu de algum tipo de violência sexual, física ou psicológica durante a visita íntima?
- 33. Já alguma vez sentiu que estava a fazer algo por obrigação durante a visita íntima?
- 34. Sabe se alguma reclusa já sofreu de algum tipo de violência durante a visita íntima?

Idade:

Nacionalidade:

Escolaridade:

Pena:

Tipo de crime:

Há quanto tempo está presa:

É a primeira vez que está presa?

Sim

Não

De quanto tempo foi a pena anterior?

Companheiro recluso ou em liberdade?

Da minha parte é tudo. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa? Obrigada pela sua colaboração. Quando eu apresentar os resultados do meu estudo, se também estiver interessada, terei todo o gosto em partilhá-los consigo.



## **Anexo 2: Guião das entrevistas realizadas às reclusas não inscritas no RVI**

Chamo-me Rita Pinto, sou aluna da Universidade do Porto e estou agora no último ano do mestrado em Psicologia e estou a realizar um estudo sobre as visitas íntimas. Para tentar compreender melhor este tema, eu decidi que o melhor seria entrevistar as próprias mulheres reclusas para ouvir o seu testemunho.

Esta entrevista é anónima e tudo o que me disser será usado apenas neste estudo e não tem qualquer influência nas suas questões judiciais e de cumprimento da pena. Gostaria que me respondesse com sinceridade, pois eu estou aqui para a ouvir e não para a julgar. Se em algum momento se sentir desconfortável, não quiser responder ou quiser terminar a entrevista sinta-se à vontade para me dizer, assim como se eu não for clara naquilo que estou a dizer ou a perguntar. Tem alguma dúvida? Podemos começar?

Eu durante esta entrevista vou fazer-lhe questões sobre três temas: a criminalidade feminina, a sua adaptação à reclusão e, por último, sobre a sua participação no regime de visitas íntimas. Começemos então pelo tema da criminalidade feminina.

### **1º Tema: Criminalidade feminina**

1. Qual foi para si o principal motivo que a levou a cometer o crime pelo qual está condenada?
2. Como é que acha que a sociedade vê a mulher que comete crimes?
3. Qual é sua opinião sobre a mulher que comete crimes?
4. O que é para si “ser mulher”?

## **2º Tema: Adaptação à reclusão**

5. Como é que foi a sua adaptação à reclusão?

- Pensamentos, sentimentos, expectativas
- Maior dificuldade

6. O que pensa que mais a ajudou a adaptar-se à vida na prisão?

7. A experiência da reclusão provocou alguma modificação em si? Se sim, qual ou quais?

8. De que forma encara agora a sua reclusão?

9. Quais são as suas maiores dificuldades na prisão?

10. Do que sente mais falta durante este tempo em que está reclusa? Como faz para ultrapassar isso?

11. Quais são os aspetos que mais influenciam a sua vivência da reclusão?

- O que é que mais contribui para o seu bem-estar na prisão
- Suporte social percebido (apoio que sente por parte dos seus familiares e amigos)
- Relação com as restantes reclusas
- Experiências e atividades na prisão

### 3º Tema: Visitas Íntimas

12. Já alguma vez estive no regime de visitas íntimas?
13. Se sim, porque é que já não está?
14. No caso de ter sido opção sua, porque é que optou por não ter visitas íntimas?
15. O que pensa do regime de visitas íntimas? (Vantagens, críticas, o que mudaria)
16. Como é que encara a visita íntima?
17. Sabe se alguma reclusa já sofreu de algum tipo de violência durante a visita íntima?
18. Pensa que a visita íntima pode influenciar a vivência da reclusão?

Idade:

Nacionalidade:

Escolaridade:

Pena:

Tipo de crime:

Há quanto tempo está presa:

É a primeira vez que está presa?

Sim

Não                      De quanto tempo foi a pena anterior?

Neste momento está numa relação?

Sim                      Companheiro recluso ou em liberdade?

Não

Da minha parte é tudo. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa? Obrigada pela sua colaboração. Quando eu apresentar os resultados do meu estudo, se também estiver interessada, terei todo o gosto em partilhá-los consigo.

### **Anexo 3: Consentimento informado**

Declaro que compreendi as informações que me foram fornecidas oralmente por Rita Pinto relativamente ao seu projeto de investigação sobre o regime de visitas íntimas, inserido no Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Declaro, ainda, que aceitei realizar uma entrevista incluída nesta investigação e que esta foi gravada com o meu consentimento, tendo conhecimento que podia livremente abandonar a entrevista a qualquer momento sem consequências para mim, nomeadamente no que respeita a questões judiciais e de cumprimento da pena.

Assim, declaro que aceito participar neste estudo de forma voluntária e permito que os meus dados sejam utilizados nesta investigação, confiando que será respeitado o anonimato que me foi garantido pela investigadora.

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino), \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### Anexo 4: Categorias de análise segundo os temas de investigação

<b>Tema: Criminalidade Feminina</b>			
<i>Categoria de análise</i>	<i>Descrição</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Exemplo de resposta à categoria</i>
Motivo	Razão que as reclusas identificam como sendo aquela que motivou a sua prática criminosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber se as mulheres percecionam uma Auto ou Hetero determinação no crime cometido</li> <li>- Identificar o modo como o ser delinquente se constrói ao longo da trajetória de vida da reclusa</li> </ul>	“O motivo foi o querer dinheiro. O não ter e querer...para comer, para vestir.”
Mulher que comete crimes	Perceção da reclusa sobre a forma como a sociedade encara a mulher criminosa	- Identificar, do ponto de vista das entrevistadas, a perceção que têm da reação social à mulher que comete crimes	“Eu acho que somos discriminadas.”
Crime	Como encara o crime cometido	- Identificar a perceção que a reclusa tem do seu comportamento transgressivo	“Arrependo-me do crime que cometi, não é? Só uma pessoa estando cá dentro é que vê a asneira que nós fazemos. ”
“Ser mulher”	Significados e associações que as reclusas atribuem ao facto de serem mulheres	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar se as reclusas conseguem desvincular a reflexão do ser mulher do contexto de reclusão</li> <li>- Explorar as questões de género</li> </ul>	“Eu acho que a mulher é o ser mais importante porque temos várias capacidades que os homens não têm. Sermos mães. É o mais importante.”

<b>Tema: Adaptação à reclusão</b>			
<i>Categoria de análise</i>	<i>Descrição</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Exemplo de resposta à categoria</i>
Processo	Como decorreu a adaptação da reclusa à prisão	- Identificar como se processou a adaptação à vida na prisão	“Mal, muito mal.”
Contributos	Quais os aspetos que mais facilitaram a adaptação da reclusa	- Identificar as estratégias utilizadas para lidar com os constrangimentos	“O trabalho.”
Dificuldades	Dificuldades sentidas durante a experiência de reclusão	- Identificar as «dores de prisão» de cada reclusa e comparar com a literatura	“A falta dos meus filhos.”
Modificação	Modificações pessoais que são reconhecidas ou não, decorrentes da experiência da reclusão	- Perceber qual o impacto da reclusão em cada reclusa	“Estou muito mais calma, coisa que eu não era.”

<p><b>Tema: Visitas Íntimas</b></p> <p><b>Grupo com RVI</b></p>			
<i>Categoria de análise</i>	<i>Descrição</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Exemplo de resposta à categoria</i>
Razões	Motivo(s) que levou/levaram a reclusa a pedir admissão ao RVI	- Perceber as principais motivações das reclusas para terem visitas íntimas	“Ele está preso e sempre são três horas para estarmos juntos.”
Percurso	Identificar como decorreu o percurso da reclusa no RVI	- Perceber se ao longo do seu percurso no RVI já surgiu algum momento em que tivesse desistido e, no caso de o ter feito, saber as razões da sua desistência e do posterior pedido de admissão ao RVI	“Tive sempre visitas, sem interrupções.”
Expetativas	Expetativas da reclusa nos momentos que antecedem a ocorrência da visita íntima	- Identificar como são vividos os momentos antes da visita íntima	“Sinto uma alegria!.”
Dinâmicas	Dinâmicas das três horas da visita íntima	- Perceber o que acontece em cada visita íntima	“Eu faço tudo. Faço relações, converso, brinco, faço tudo.”
Fim da visita	Sentimentos experienciados no final de cada visita íntima	- Perceber como é que cada reclusa lida com o momento em que a visita íntima termina	“Fico a chorar.”
Valorização	O que cada reclusa mais valoriza na visita íntima	- Perceber, do que acontece durante a visita íntima, as reclusas atribuem maior importância	“É o carinho. Damos apoio um ao outro.”

Vantagens	Aspetos positivos da visita íntima	- Perceber se as reclusas vêm aspetos positivos na visita íntima e quais	“Esqueço tudo, esqueço mesmo que estou presa.”
Desvantagens	Desvantagens da visita íntima	- Perceber se as reclusas vêm alguma desvantagem na realização da visita íntima	“Não tenho nada a dizer. ”
Funcionamento	Perceções sobre o modo de funcionamento do RVI	- Perceber o grau de concordância ou discordância das reclusas com as regras e modo de funcionamento do RVI	“Acho que devíamos de ter de quinze em quinze em dias e não só uma vez por mês.”
Influência na reclusão	Influência das visitas íntimas na vivência da reclusão	- Perceber se a reclusa pensa que o facto de ter visitas íntimas exerce alguma influência na forma como vive a experiência da reclusão e, se sim, em que medida	“Dá-me força para continuar a seguir em frente.”
Influência na relação	Influência das visitas íntimas na relação conjugal	- Perceber se as reclusas pensam que o facto de terem visita íntima contribui ou não de alguma forma para as suas relações amorosas e, se sim, em que aspetos	“Eu acho que se não houvesse visita íntima tudo se esquece.”
Violência contra si	Experiência pessoal de violência durante a visita íntima	- Perceber se alguma reclusa já foi vítima de violência doméstica durante a visita íntima	“Não, nunca.”
Violência com outras	Conhecimento da existência de violência nas visitas íntimas	- Perceber se as reclusas têm conhecimento de que outras colegas já foram agredidas durante a visita íntima	“Sim. Houve uma que já foi embora, que tiveram que a ir tirar lá do quarto. O marido bateu-lhe.”



<p><b>Tema: Visitas Íntimas</b></p> <p><b>Grupo sem RVI</b></p>			
<i>Categoria de análise</i>	<i>Descrição</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Exemplo de resposta à categoria</i>
Antecedentes	Existência ou não de alguma participação anterior no RVI e, se sim, quais as razões de já não estar	- Identificar motivos de desistência do RVI	“Não, nunca tive.”
Razões	Motivos da reclusa para não estar inscrita no RVI	- Conhecer as razões das reclusas para não estarem inscritas no RVI	“Eu entrei cá sozinha, estou separada.”
Vantagens	Aspetos positivos da visita íntima	- Perceber se as reclusas, mesmo não tendo visitas íntimas, vêm aspetos positivos nas mesmas e quais	“Eu acho que junta mais o casal.”
Críticas	Aspetos negativos da visita íntima	Perceber quais as críticas que as reclusas não inscritas ao RVI fazem a este	“Acho que deve ser constrangedor a revista.”
Influência na reclusão	Influência que as visitas íntimas têm na vivência da reclusão na opinião das mulheres não inscritas no RVI	Perceber se as reclusas não inscritas no RVI percecionam que alguma influência das visitas íntimas na forma como as mulheres inscritas neste regime vivem a experiência da reclusão	“Elas não se portam mal para não irem para o castigo e perderem a visita.”
Violência	Conhecimento da existência de violência doméstica nas visitas íntimas	Perceber se as reclusas têm conhecimento de mulheres que já foram agredidas durante a visita íntima	“Não, não.”